COLEÇÃO LIVRE-PENSAR:
ESPIRITISMO PARA O SÉCULO XXI

Série 2

Olhar Espírita sobre os Fundamentalismos

Jacques Peccatte

CPDoc
Centro de Pesquisa e Documentação Espírita

cepa
ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA INTERNACIONAL
ASOCIACIÓN ESPÍRITA INTERNACIONAL
INTERNATIONAL SPIRITIST ASSOCIATION

Livro 9 **COLEÇÃO LIVRE-PENSAR: ESPIRITISMO PARA O SÉCULO XXI** Série 2

Olhar Espírita sobre os Fundamentalismos

Jacques Peccatte

Tradução: Tainá Camilo Rodrigues Chella

Série 2 - Livro 9

2026

CPDoc
Centro de Pesquisa e Documentação Espírita

cepa
ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA INTERNACIONAL
ASOCIACIÓN ESPÍRITA INTERNACIONAL
INTERNATIONAL SPIRITIST ASSOCIATION

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angelica Ilacqua CRB-8/7057

Peccatte, Jacques

Olhar espírita sobre os fundamentalismos [livro eletrônico] / Jacques Peccatte ; tradução de Tainá Camilo Rodrigues Chella. -– [S.l.] : CPDoc ; CEPA, 2026.

3500 Kb ; PDF (Coleção livre-pensar: espiritismo para o século XXI ; Série 2 ; Livro 9 / organizado por Ademar Arthur Chioro dos Reis, Mauro de Mesquita Spínola, Ricardo de Morais Nunes)

ISBN (e-book) 978-65-89240-42-6

1. Spiritism I. Titre II. Garcia, Wilson III. Reis, Ademar Arthur Chioro dos IV. Spínola, Mauro de Mesquita V. Nunes, Ricardo de Morais VI. Chella, Tainá Camilo Rodrigues VII. Série

25-5273

CDU 133.7
CDD 133.9

Organizadores da Coleção
Ademar Arthur Chioro dos Reis, Mauro de Mesquita Spínola e Ricardo de Morais Nunes

Tradução
Tainá Camilo Rodrigues Chella

Revisão Final
Ademar Arthur Chioro dos Reis

Projeto Gráfico, Capa e Diagramação
Magda Zago

As ideias e teses apresentadas neste livro são de responsabilidade do autor e não refletem, necessariamente, a posição institucional da CEPA e do CPDoc.

APRESENTAÇÃO

"(…) o livre-pensamento eleva a dignidade do homem; dele faz um ser ativo, inteligente, em lugar de uma máquina de crer".

Allan Kardec (Revista Espírita, fevereiro, 1867)

A Associação Espírita Internacional (CEPA) e o Centro de Pesquisa e Documentação Espírita (CPDoc) lançaram, em abril de 2021, a **Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI**.

A primeira série da coleção teve como objetivo apresentar, de forma sintética, mas conceitualmente precisa, os fundamentos teóricos do chamado espiritismo laico e livre-pensador, que vem se desenvolvendo em diversos países das Américas e da Europa nos últimos anos.

Editada em quatro idiomas — português, espanhol, inglês e francês —, a série visa divulgar o espiritismo laico e livre-pensador de maneira ampla e acessível.

Essa abordagem representa um novo olhar sobre o espiritismo fundado por Allan Kardec em 1857 com a publicação de sua obra inaugural, *O Livro dos Espíritos*, e sua posterior institucionalização e popularização em distintas regiões do mundo. À medida que se difundia, o espiritismo foi sendo influenciado pelos contextos históricos, culturais e religiosos de cada país e época.

No Brasil, por exemplo, o espiritismo encontrou um ambiente moldado pela tradição católica, resultando em sua assimilação como mais uma religião cristã. Isso comprometeu os princípios de racionalidade e livre-pensamento propostos originalmente por Kardec.

Esse processo sincrético, observado também em outros países, reduziu o espiritismo a uma "religião menor", distanciando-o de sua vocação epistemológica e esvaziando seu potencial para contribuir com o campo do conhecimento, especialmente nas áreas da ciência e da filosofia.

Diante disso, os espíritas reunidos em torno da CEPA e do CPDoc propuseram uma releitura do pensamento espírita, com o intuito de resgatar a proposta generosa de Allan Kardec: uma filosofia espiritualista, laica, livre-pensadora, humanista e progressista, alinhada com os avanços do conhecimento, da ética e da espiritualidade no mundo contemporâneo.

A **Série 1** da **Coleção Livre-Pensar** apresentou ao público alguns temas fundamentais do espiritismo sob essa nova perspectiva, buscando esclarecer tanto o público espírita quanto os interessados na temática. Os oito volumes que a compõe foram elaborados por intelectuais oriundos dos movimentos espíritas da Argentina, Brasil, Espanha e Venezuela, e estão disponíveis gratuitamente nos sites da CEPA e do CPDoc. As obras seguem critérios de clareza, concisão e precisão, tratando dos seguintes temas:

- O espiritismo na perspectiva laica e livre-pensadora
  Milton Rubens Medran Moreira (Brasil) e Salomão Jacob Benchaya (Brasil)
- A imortalidade da alma
  David Santamaria (Espanha)

- Mediunidade: intercâmbio entre dois mundos
  Yolanda Clavijo (Venezuela) e Ademar Arthur Chioro dos Reis (Brasil)
- Reflexões sobre a ideia de Deus
  Ricardo de Morais Nunes (Brasil) e Dante Lopez (Argentina)
- Reencarnação: um revolucionário paradigma existencial
  Mauro de Mesquita Spínola (Brasil)
- A evolução dos espíritos, da matéria e dos mundos
  Gustavo Molfino (Argentina) e Reinaldo Di Lucia (Brasil)
- Espiritismo, ética e moral
  Jacira Jacinto da Silva (Brasil) e Milton Rubens Medran Moreira (Brasil)
- Allan Kardec: o fundador do espiritismo
  Wilson Garcia (Brasil) e Matheus Laureano (Brasil)

Nas palavras de José Herculano Pires, importante filósofo espírita brasileiro, o espiritismo ainda é o "grande desconhecido". Persistem sombras de incompreensão que ocultam seu brilho original como proposta filosófica inovadora, voltada à razão e aos fatos à luz do pensamento moderno.

A **Série 1** contribui para uma visão abrangente e contra-hegemônica do espiritismo, buscando diálogo e alteridade frente às correntes predominantes no movimento espírita.

Agora, a CEPA e o CPDoc apresentam ao público a **Série 2** da coleção, com o tema central **Espiritismo e Sociedade**. Esta nova etapa visa dar continuidade ao exitoso projeto editorial, abordando questões contemporâneas essenciais à humanidade.

Os livros da **Série 2** tratam das relações entre espiritismo e temas sensíveis e atuais como política, humanismo, trabalho, racismo, crise climática, sustentabilidade, fundamentalismo religioso, gênero, sexualidades, papel da mulher na sociedade, ideologia e comunicação de massas.

Os autores foram convidados a dialogar com a obra de Kardec, adotando a abordagem laica e livre-pensadora, em contraponto ao espiritismo religioso. Suas contribuições refletem atualizações pós-kardecistas e buscam aplicar o pensamento espírita a dilemas e desafios do século XXI, considerando também a atualização da linguagem e dos conceitos.

A proposta é aprofundar o processo iniciado com a **Série 1** e fortalecer a consolidação do espiritismo laico, progressista e livre-pensador. Para garantir

diversidade de ideias, nacionalidades e gêneros, evitou-se repetir autores da primeira série. Algumas obras foram produzidas por autores individuais, outras por duplas, trios ou equipes maiores.

Agradecemos aos autores e organizadores que, generosamente, cederam os direitos autorais das obras à CEPA e ao CPDoc. Cada livro foi orientado por um termo de referência que visou garantir unidade temática e editorial, respeitando a liberdade de expressão dos autores.

As ideias e teses apresentadas são de responsabilidade dos autores e não refletem, necessariamente, a posição institucional da CEPA e do CPDoc.

A **Série 2** é oferecida como material de referência e apoio didático a estudiosos, divulgadores do espiritismo e organizadores de cursos, palestras e grupos de estudo. Tal como a **Série 1**, esta nova etapa visa fomentar o debate saudável e plural sobre temas relevantes ao espiritismo.

A coleção é publicada no espírito do diálogo, não para estabelecer divisões sectárias, mas para afirmar identidades, construir pontes e promover intercâmbio com espíritas de diferentes correntes e com não espíritas interessados na temática.

Reiteramos o público-alvo da coleção: espíritas vinculados à CEPA, espíritas de outras tradições e não espíritas interessados nas questões tratadas.

Se cumprir esse propósito, a **Série 2 da Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI** terá plenamente atingido seus objetivos.

Organizadores

Ademar Arthur Chioro dos Reis - Mauro de Mesquita Spínola - Ricardo de Morais Nunes

Durante o ano de 2026, a CEPA terá comemorado 80 anos de existência. Este é um marco importante não apenas para nós, como coletivo, mas para todo o movimento espírita mundial. Com essa efeméride, marca-se um capítulo importante na história da organização espírita de representação mundial mais antiga do mundo, em funcionamento ininterrupto.

Esses primeiros 80 anos ocorreram em um agitado século XX e um primeiro quarto do século XXI que nos traz novos desafios e oportunidades. A Lei do Progresso, proposta no esboço de Kardec apresentado em "*O Livro dos Espíritos*", nos serve de referência. Nem tudo progride simultaneamente e em todos os âmbitos ao mesmo tempo, assim como nem todos os indivíduos têm seu progresso pessoal subordinado ao progresso de outros. Compreendido dessa maneira, com uma visão panorâmica e ampla, vemos como progresso, mudança e movimento são constantes universais. Olhando para

o universo quântico, para o universo físico e para o universo moral, que constituímos cada um de nós, notamos como o Progresso é Lei.

Assim também tem sido o progresso da CEPA – Associação Espírita Internacional. De um movimento representativo e confederativo vanguardista, a uma associação de organizações, coletivos e indivíduos que se encontram em uma mesma onda de pensamento, em uma mesma direção: apresentar e representar a mensagem espírita com a linguagem dos tempos, atendendo às questões do presente e sempre dialogando com o conhecimento e a sociedade contemporânea. Ou seja, representando o ideal do espiritismo desde uma perspectiva atualizada e fresca, sempre.

O pensamento espírita de hoje está mais exposto do que nunca à análise, ao escrutínio, à crítica e ao encontro das pessoas que têm sede por uma espiritualidade amorosa, empática e solidária, que não fiquem ruminando nos atavismos religiosos de outrora. Esse é o terreno fértil que nem sempre é cultivado, mas que constitui nossa especialidade. Cada vez mais mulheres e homens buscam encontrar-se a si mesmos e identificar-se como Espíritos, procurando uma linguagem que satisfaça sua curiosidade

intelectual, seu pensamento crítico e sua personalidade livre-pensadora.

Os frutos da influência da CEPA – Associação Espírita Internacional, são vistos e ampliados a cada momento no meio espírita. Cada vez mais indivíduos e coletivos se encontram conosco, compreendendo que o espiritismo, desde uma perspectiva não religiosa, tem muito a oferecer e efetivamente nos liberta de ancestrais e pesadas correntes culturais e comportamentais. Como organização, não podemos nos atribuir o mérito disso de maneira exclusiva. Porque o fato de que hoje em dia continuem se aproximando mais pessoas a uma visão abrangente, livre-pensadora, progressista e laica do espiritismo, também responde ao aumento na qualidade dos estudos, análises e pesquisas que se realizam em diferentes campos do saber, sobre temas que o espiritismo aborda. Ou seja, à medida que os indivíduos progridem, também progride a maneira como se apresentam e elaboram as ideias, os discursos, as proposições e as propostas.

Aqui entra em jogo esta proposta editorial da CEPA que é a **Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI**. Esta segunda série de livros nos servirá de fórum ou de espaço de ressonância, a partir do

qual representamos e apresentamos ao mundo uma proposta espírita:

1. *deísta*; que encontra na Causa Primária, em Deus, o ponto de partida de todos e de tudo;
2. *imortalista*; que compreende a imanência da existência do Ser, individualizado e permanente;
3. *progressista e evolucionista*; que compreende a importância da vida física com suas responsabilidades ecológicas, econômicas e sociais, como cenário de aprendizado e reforço para o Espírito;
4. que se desenvolve em *diálogo* com os *Espíritos*, ou seja, com os seres humanos sem corpo físico, que nos oferecem suas vivências, perspectivas, conselhos ou advertências na construção de um conhecimento prático, fraternal e sempre vivo;
5. que reconhece na *solidariedade universal* algo mais do que uma experiência pessoal ou de especulação, mas uma realidade inegável: a Terra é nossa escola-lar atual e o universo está cheio de oficinas e cenários que também estão disponíveis para nós e para aqueles que nos precederam, assim como para aqueles que estão entrando em consciência.

Embora não seja um processo garantido, assegurado ou linear, espera-se que com o passar do tempo os indivíduos amadureçam suas ideias, atitudes, visões e avaliações. Essas expectativas fazem parte da dinâmica humana; mas às vezes chocam com uma realidade diferente, que, aparentemente, pode não ocorrer na velocidade almejada. Notamos, muitas vezes, que as pessoas repetem velhos e caducos refrães, que conservam atitudes infantis ou que se empenham em se opor às mudanças, ao progresso e desprezam como utópicas as ideias que não compreendem.

Sabendo disso, não deve nos surpreender que as organizações e as instituições, de qualquer natureza - social, política, filosófica, religiosa, econômica, entre outras - sejam o reflexo amplificado disso. Afinal, as organizações e as instituições, assim como a sociedade em si, são a representação do conjunto dos indivíduos que as compõem. Por isso notamos coletivos com resistência, com inércia, com ressentimento e com desinteresse diante das mudanças que implicam reconsiderar posturas e amadurecer as atitudes e ideias.

O espiritismo, como filosofia espiritualista de consequências morais, terá esse tipo de natureza

ressentida e estacionária e imatura? Nos parece que a resposta é óbvia: **NÃO!**

Assim, propomos algo a quem nos lê: desfrute desta leitura, analise cada livro, tome notas, escreva perguntas e participe dos eventos onde se encontram as autoras e autores que contribuíram com cada um dos livros que compõem a Coleção Livre-Pensar. Traga-nos suas inquietudes e dialoguemos a respeito. Afinal, assim se constrói o conhecimento, assim se cresce, assim se aprende.

Confiamos plenamente que a Coleção Livre-Pensar tocará sua vida de maneira positiva. Então, obrigado por nos ler e permitir-nos contribuir com algo positivo.

José E. Arroyo

Presidente da CEPA – Associação Espírita Internacional

CPDoc – Centro de Pesquisa e Documentação Espírita

O CPDoc é atualmente um dos mais antigos centros de pesquisa do espiritismo em funcionamento no Brasil. Seu principal objetivo é o desenvolvimento e a divulgação de estudos e pesquisas com temática espírita, utilizando metodologia adequada para cada tema e contribuições das várias áreas do conhecimento. Busca, assim, contribuir para o aprimoramento do conhecimento como um todo e do espiritismo em particular.

O CPDoc nasceu em Santos (SP) no ano de 1988, fruto do sonho de jovens interessados em incrementar os estudos espíritas. Hoje possui participantes de vários estados brasileiros e de outros países. Os trabalhos são divulgados através de seu portal, em livros, nos órgãos da imprensa e em diversos eventos, especialmente no Simpósio Brasileiro do Pensamento Espírita e nos Congressos e Conferências da CEPA, entidade à qual aderiu no ano de 1995.

Num mundo em que a superficialidade do conhecimento, a informação rasa e

sem controle, a ausência de pensamento crítico predominam, o CPDoc segue tentando propiciar aos estudantes e estudiosos do espiritismo o olhar perscrutador do futuro. É sempre utopia, é sempre sonho, mas foi assim que ele começou e, apesar de algum cansaço natural que o passar dos anos gera, o grupo ainda flerta com a crença no saber que gera reflexão e mudança de paradigmas e de atitude. Para o indivíduo e para a sociedade.

Sem pretensão de apontar um caminho, mas com a certeza de que a luz do conhecimento crítico, não dogmático, humanista e livre de qualquer imposição de cunho institucional pode resultar em algo efetivo nessa busca que começou em 1857 na França e que insistimos em manter viva: a busca da felicidade pela compreensão do que é a vida.

Informações, livros e trabalhos publicados, eventos promovidos pelo CPDoc e cursos on-line estão disponíveis no portal do grupo: *http://www.cpdocespirita.com.br.*

Saulo de Meira Albach

Presidente do CPDoc - Centro de Pesquisa e Documentação Espírita

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Executivo da CEPA – Associação Espírita Internacional pelo apoio incondicional ao projeto da Coleção Livre-Pensar: espiritismo para o século XXI;

Aos membros do Centro de Pesquisa e Documentação Espírita (CPDoc) pela leitura crítica e sugestões que permitiram qualificar o nosso trabalho;

A Milton Rubens Medran Moreira pelo prefácio;

A Tainá Camilo Rodrigues Chella pela tradução para o português;

A Eliana Pantoja pela tradução para o espanhol;

A José Arroyo e Danette Lebrón pela tradução para o inglês;

A Magda Selvera Zago pelo projeto gráfico, capa e diagramação.

PREFÁCIO

Para a abordagem deste tema – "*Olhar Espírita sobre os Fundamentalismos*" – penso que os organizadores da "Coleção Livre-Pensar – Espiritismo para o Século XXI" não poderiam mesmo fazer escolha melhor.

Jacques Peccatte traz impregnado, no sangue e na alma, todo o legado daquilo que, em seu país, a França, marcou os grandes movimentos da Modernidade em prol de uma revolução de ideias capaz de promover significativa virada de página da História, especialmente do Ocidente.

A transição do Estado teocrático para o Estado Democrático de Direito, reconhecendo a autonomia do espírito humano e investindo-o da responsabilidade de a sociedade plural e laica ser por ele gerida, abre um novo tempo da História.

Traçando um histórico do desabrochar dessas ideias e de sua paulatina implementação no mundo, identifica especialmente no fundamentalismo e no integrismo religiosos as causas da enorme violência que atravessa séculos e milênios da História humana.

Fazer com que pretensas verdades eternas e imutáveis fossem substituídas pelo livre-pensar, gerador do conhecimento científico e estimulador do raciocínio filosófico, se constituiu na grande conquista da Modernidade. Mas esse é um processo em pleno andamento. Dele a proposta espírita, laica e livre-pensadora, faz parte.

O autor chama a atenção para a quantidade de povos e países ainda regidos por leis religiosas que se sobrepõem a quaisquer tentativas de ordenamento jurídico pautado na iniciativa e na racionalidade humanas. E a consequência disso é a extrema violência estatal que se perpetua sob o manto do sagrado em oposição ao humano e à laicidade.

Depois do esboço histórico que traça, envolvendo não apenas o mundo cristão, mas também de outras tradições religiosas, Peccatte debruça-se particularmente sobre o momento atual vivido pelos países do Ocidente, estendendo uma análise mais minuciosa, com foco em países da América e notadamente o Brasil.

Nações como os Estados Unidos da América e o Brasil, embora se constituindo formalmente como estados laicos, regidos por Constituições democráticas, guardam, subjacentes na consciência de grande parte de suas populações, impregnações de conceitos e valores fideístas que tendem a um exacerbado conservadorismo. No caldo dessa cultura, cresce uma classe política que obstaculiza o avanço de modernas conquistas, tais como a igualdade política e profissional da mulher, respeito a diversidades étnicas e de gênero, liberdades de cultos e de práticas religiosas e, acima de tudo, da implantação de um Estado verdadeiramente laico a orientar suas leis e governança.

O autor reconhece avanços progressistas no seio da Igreja Católica, graças à ação de pontífices com visões que se aproximam da laicidade e de suas propostas, derivando daí uma postura generosa em prol da justiça social e da fraternidade entre todos os povos. Mas, por outro lado, aponta o evangelismo pentecostal como uma força crescente entre os povos das Américas, com apelos retrógrados e conservadores. Lamenta, no caso específico do Brasil, que um grande contingente de pessoas auto identificadas como espíritas tenham contribuído para esse movimento conservador, próprio das seitas

integristas. Só uma visão distorcida do espiritismo seria capaz de levar a isso. Aponta o roustainguismo, uma visão religiosa do espiritismo, como uma de suas grandes distorções.

O trabalho em foco destaca que nem toda a violência social deriva da impregnação religiosa. Mas, ao juízo de seu autor, só a laicidade pode assegurar um caminho "diferente e salutar para a democracia". Assegura que o espiritismo propõe uma espiritualidade aberta, que aceita os avanços da ciência, situando-se num plano de reflexão filosófica. Com essa postura, pode contribuir eficazmente para uma sociedade mais justa e feliz.

Acima de tudo, a síntese da mensagem do autor é otimista, como o é a proposta espírita. Destaca que todos os sistemas autoritários duram apenas um certo tempo. Mais cedo ou mais tarde, cederão às resistências que sempre surgem.

É uma boa leitura, fundamentada especialmente na proposta progressista de Allan Kardec, presente nas Leis Morais expostas na 3ª parte de *O Livro dos Espíritos*.

Milton Rubens Medran Moreira

Centro Cultural Espírita de Porto Alegre (Brasil)
Ex-presidente da CEPA

SUMARIO

INTRODUÇÃO 26

1. FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NA HISTÓRIA 29

2. O NASCIMENTO DO ESTADO LAICO 39

3. O ESPIRITISMO E A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA 49

4. LIBERDADE DE EXPRESSÃO RELIGIOSA 59

5. OS FUNDAMENTALISMOS E A VIOLÊNCIA 74

6. SOBRE AS VERDADES REVELADAS 90

7. EXISTE FUNDAMENTALISMO NO MOVIMENTO ESPÍRITA? 103

8. A SUPERAÇÃO DAS RELIGIÕES 110

CONCLUSÃO 122

INDICAÇOES DE LEITURAS DE INTERESSE 127

INDICAÇOES DE SITES DE INTERESSE 127

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS 128

SOBRE O AUTOR 131

INTRODUÇÃO

Nosso mundo está passando por grandes mudanças e problemas de guerra extremamente graves. Os radicalismos religiosos contribuem para esses conflitos, chegando a gerar guerras que há décadas assolam o Oriente Médio, onde a maioria dos países é governada por regimes teocráticos.

Aqui, com base em nossa ética espiritualista e espírita, propomos analisar as realidades religiosas e políticas classificadas como fundamentalistas. Antes de tudo, vamos dar uma olhada nas definições do vocabulário utilizado.

Fundamentalismo: movimento ou corrente de pensamento que exige obediência a regras rigorosas e princípios dogmáticos, geralmente herdados de uma interpretação literal de textos religiosos, como

a Bíblia ou o Alcorão. O termo é aplicado a religiões fanáticas nas quais todas as leis de justiça, igualdade e liberdade são desrespeitadas, especialmente com relação às mulheres. O fundamentalismo também pode se aplicar a ideologias não religiosas que reivindicam a verdade absoluta na política.

Integrismo: Atitude dos crentes que rejeitam qualquer mudança em sua religião, que deve respeitar à risca os ritos e dogmas estabelecidos. Entre os fundamentalistas católicos, por exemplo, muitas vezes há conluio com movimentos de extrema direita. Isso também pode ser visto nas chamadas igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais.

Teocracia: organização e governança de um estado com base em princípios religiosos que estabelecem as regras e leis que devem ser aplicadas em uma sociedade.

Há muitos exemplos desses poderes político-religiosos. Muito já foi dito sobre o poder dos aiatolás no Irã e do Talibã no Afeganistão. O Islã radical também inclui movimentos que não governam, mas têm um componente terrorista, como a Al-Qaeda, o Daech, o Hezbollah e o Hamas. Além disso, por razões históricas, muitas vezes esquecemos de mencionar o judaísmo extremista, que sempre

existiu entre os partidários de um Israel maior que não querem a existência de um Estado palestino. Nesse aspecto, estamos indo além da religião, que se tornou o pretexto para a supremacia étnica e territorial, o que certamente não é o objetivo exato deste trabalho sobre o fundamentalismo examinado do ponto de vista espiritualista.

1 FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NA HISTÓRIA

O próprio princípio de uma religião é a crença em forças sobrenaturais e transcendentes que podem ser invocadas. Também pode haver um ou mais deuses que governam os seres humanos com uma mão invisível, ajudando-os a lidar melhor com suas dificuldades e erros.

As primeiras religiões eram politeístas, por exemplo, entre os gregos, com Afrodite, deusa do amor, Atena, deusa da guerra, Apolo, deus da luz, Hefesto, deus do fogo e assim por diante. E depois, entre os romanos, havia uma correspondência entre os deuses e suas funções e atributos, quase idêntica à encontrada na Grécia. O chefe de todos os deuses gregos, Zeus, tornou-se Júpiter no Panteão Romano, e encontramos semelhanças nas outras atribuições.

Essas são mitologias antigas, pois Roma assimilou amplamente a cultura helênica. Voltando um pouco mais no tempo, a cultura egípcia também tinha seus deuses: Íris, Osíris, Hórus, deus do céu e da realeza, Thoth, deus da ciência, das artes e da sabedoria.

Na realidade, essas mitologias eram compostas de poderes sobrenaturais que personificavam fenômenos naturais, como a luz do sol, ou conceitos abstratos, como o amor.

No Oriente, no contexto do hinduísmo, encontramos a grande trindade hindu: Brahma, Vishnu e Shiva, três deuses teoricamente de força igual, representando os três aspectos do poder divino: criação, preservação e destruição. No entanto, existe um Deus, um espírito universal, supremo e único, que move toda a vida humana, animal e material. Dessa forma, o hinduísmo é ao mesmo tempo monoteísta e politeísta.

Considerada uma das mais antigas, a religião suméria era politeísta, tendo Marduk como rei dos deuses. Enlil era o deus do ar, do vento e da tempestade. A civilização de Sumer remonta ao final do IV milênio a.C., o que nos mostra claramente que a necessidade de se referir a uma crença é uma constante nas civilizações humanas desde tempos imemoriais.

Uma palavra sobre o budismo: Buda não é um deus, nem pretende ser um deus. O objetivo final é libertar-se do ciclo de sofrimento e paixões por meio da reencarnação, com a meta final de atingir o nirvana. Dependendo da escola e da tradição, o budismo nem sempre é considerado uma religião, e sua característica distintiva é que não existe a noção de um Deus na origem de todas as coisas, mas ainda assim existem divindades, de modo que o budismo pode ser comparado a uma forma de politeísmo.

Sem percorrer todas as culturas religiosas do mundo desde o início da humanidade, podemos observar que as tradições mais antigas eram, em sua maioria, politeístas, enquanto o monoteísmo surgiu principalmente na cultura judaica, com Abraão (cerca de 1850 a.C.), considerado o ancestral das três religiões que reconhecem um único Deus: o judaísmo, o cristianismo e o islamismo. Mais tarde, Moisés (por volta de 1300 a.C.) teria recebido diretamente do divino as tábuas da lei, que estabeleciam os valores morais e de conduta, consolidando assim a crença em um único Deus.

Essas são, em termos gerais, as origens das religiões mais conhecidas, com exceção dos diferentes animismos africanos ou das crenças presentes em várias culturas aborígenes ao redor do mundo,

frequentemente reprimidas pelos colonizadores cristãos dos séculos passados. Foi nesse contexto que, muitas vezes, o monoteísmo acabou substituindo antigas tradições baseadas no culto aos ancestrais e na veneração de um ou mais deuses da natureza.

Voltemos ao Ocidente: os deuses do Olimpo não tiveram posteridade além de sua cópia na cultura romana, pois foi com a Igreja de Roma, nos primeiros séculos, que o Deus dos cristãos suplantou todas as tradições politeístas, principalmente herdadas da Grécia.

No presente estudo do fundamentalismo na religião, é bastante difícil situar a antiguidade sob esse ponto de vista. No Integrismo, há a noção de intransigência que pode levar à punição por não respeitar os dogmas e as leis religiosas. Pode ser uma forma de apostasia, a rejeição da própria religião em favor de outra. De certa forma, é isso que vemos em Jesus, que, contra a lei do Talmude, desafiou os judeus em seus princípios, questionou-os, apelou a Deus e, às vezes, contradisse a lei judaica. Ele questiona princípios instituídos. Assim, ele se depara com o que já pode ser considerado uma forma de radicalismo: a dos sacerdotes da lei que, diante de um agitador tanto religioso quanto social, desconfiam daquele que vem desafiar o dogmatismo

estabelecido. Pode-se dizer, portanto, que a recusa em questionar um dogma instituído já representa o início de um integrismo, capaz de impedir a evolução de uma cultura e de aprisioná-la no imobilismo, às vezes por vários séculos. Na história, algumas religiões passaram por interessantes evoluções, enquanto outras permaneceram estagnadas em princípios ancestrais imutáveis. No entanto, também ocorreram avanços e retrocessos, com períodos de progresso seguidos por fases fundamentalistas. Foi o que aconteceu no Ocidente cristão durante a época da Inquisição, que atravessou toda a Idade Média.

VOCÊ SABIA?

Papa Gregório IX

Em 1231, o Papa Gregório IX estabeleceu a Inquisição medieval. Ele perseguiu pessoas acusadas de bruxaria, luciferianos e hereges, como os valdenses, albigenses e cátaros.

A Inquisição se desenvolveu principalmente na França, depois na Espanha e em Portugal, países ligados ao papado por sua adesão ao catolicismo.

O padre alemão Conrado de Marburg foi o primeiro a ostentar o título de inquisidor, nomeado por Gregório IX.

Em todo o continente europeu, hereges foram torturados e queimados na fogueira. Essa é a imagem mais terrível de um fundamentalismo assassino, cujas atrocidades foram cometidas em nome da religião oficial, o catolicismo, uma instituição que, sob a autoridade do papa, tornou-se criminosa.

Um pouco mais tarde, encontramos o mesmo tipo de exação quando a autoridade papal foi desafiada, com John Hus, nascido entre 1369 e 1372, e torturado até a morte em 6 de julho de 1415 em Constança. Teólogo e acadêmico tcheco, reformador religioso, ele foi excomungado e condenado à fogueira. Um ano depois, seu amigo e principal apoiador, Jerônimo de Praga, também foi queimado na fogueira. De certa forma, eles foram os precursores da Reforma Protestante.

John Hus

VOCÊ SABIA?

Em 1882, o espírito de Jerônimo de Praga se manifestou pela primeira vez a Léon Denis, informando-o de que ele havia se tornado seu guia por meio século.

Um pouco mais tarde, Jerônimo de Praga lhe assegurou um apoio inabalável: *"Vá, meu filho, ao longo do caminho à sua frente, eu ando atrás de você para apoiá-lo"*.

A REFORMA

Martinho Lutero

Martinho Lutero (1483-1546), nascido na Saxônia, no que ainda era conhecido como Sacro Império Romano-Germânico, desafiou a autoridade papal ao considerar a Bíblia como a única fonte legítima da autoridade cristã.

Escandalizado com o comércio de indulgências, instituído para financiar a construção da Basílica de São Pedro, em Roma, ele publicou em 1517 suas 95 teses, uma lista de proposições que dariam origem à Reforma Protestante. Sua excomunhão por heresia ocorreu devido às suas divergências com a função papal e com determinados dogmas da Igreja.

Um pouco mais tarde, o teólogo francês João Calvino (1509-1564) deu continuidade à Reforma Protestante. Ele enfatizou especialmente a doutrina da predestinação. Assim como Martinho Lutero, rejeitou o culto aos santos, a autoridade do papa e o celibato dos padres. Além disso, manteve apenas dois dos sete sacramentos do catolicismo: o batismo e a eucaristia.

João Calvino

A CONTRARREFORMA

Na segunda metade do século XVI, a Igreja Católica fez tudo o que podia para combater os protestantes. Após o Concílio de Trento, novas congregações foram criadas, incluindo os jesuítas, que viriam a ter uma grande influência. E além de todos os detalhes históricos, em termos de integrismo, devemos nos lembrar principalmente das perseguições que ocorreram contra os hereges, inclusive os protestantes.

Essa foi a época das Guerras Religiosas; o evento mais famoso da história foi o massacre do Dia de São Bartolomeu em 1572. Milhares de protestantes foram massacrados pelos católicos em Paris.

A SANTA INQUISIÇÃO

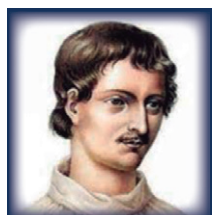
A Inquisição foi uma jurisdição criada pela Igreja Católica no século XII para combater a heresia. As penas aplicadas variavam desde orações e penitências até multas, podendo incluir a confiscação de todos os bens e, no caso dos apóstatas, a pena de morte.

As perseguições também se estenderam às colônias, onde os povos indígenas foram convertidos

à força. Além disso, na Península Ibérica, houve a conversão forçada de judeus e muçulmanos.

Na Espanha, a Inquisição foi abolida pela primeira vez em janeiro de 1813 pelas Cortes de Cádiz, mas restabelecida durante a Restauração em 1814. Ela foi definitivamente extinta por um decreto de 15 de julho de 1834.

Em 1600, Giordano Bruno, um defensor da ideia de um universo infinito e da pluralidade de mundos, se opôs à Igreja. Condenado pelo Tribunal da Inquisição, ele foi queimado vivo em Roma.



Giordano Bruno

Em 1633, Galileu, que defendia o heliocentrismo, a ideia de que a Terra girava em torno do sol, foi forçado a se retratar por insistência do Santo Ofício.

A IGREJA E O ESTADO

Na França, as primeiras transformações dos poderes religiosos ocorreram durante a Revolução Francesa. A Igreja foi reprimida, e esse foi o momento em que o Estado se desvinculou da religião, lançando os primeiros fundamentos da laicidade, com base no princípio de que a religião não deve mais ditar suas leis à política.

Na noite de 4 de agosto de 1789, o clero, até então o primeiro estado do reino, desaparece como corpo político. Nesse mesmo ano, os bens do clero são nacionalizados. Em 1790, é adotada a Constituição Civil do Clero, que reforma profundamente a Igreja Católica. As dioceses e paróquias são reorganizadas.

O papa condenou a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Constituição Civil do Clero.*

Alguns padres se recusaram a fazer o juramento de acordo com a Constituição Civil do Clero. Esses padres passaram à clandestinidade e foram perseguidos pelas autoridades. Alguns deles foram exilados, massacrados ou deportados.

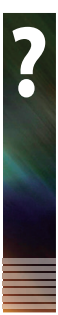
2 O NASCIMENTO DO ESTADO LAICO

A partir da Revolução Francesa, manifestou-se a rejeição da influência religiosa sobre a política. Assim, surgiu o princípio da laicidade, que representa tanto a recusa de um poder religioso quanto a garantia das liberdades religiosas. No artigo 10 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, estabelece-se que "*ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei.*"

Essas primeiras medidas para constituir um Estado laico na França foram questionadas pela Restauração e por dois impérios, o que nos leva até 1870, quando, após a capitulação de Napoleão III em Sedan, Léon Gambetta anuncia a deposição

do imperador. É nesse momento que a Terceira República substitui definitivamente os poderes reais ou imperiais. A ideia de laicidade é novamente considerada, especialmente pelos nossos precursores espíritas, que atuaram na Liga de Ensino para garantir uma escola pública, laica, gratuita e obrigatória, o que se concretizará em 1881 com as leis Jules Ferry.

A Ligue de l'enseignement ("*Liga de Ensino*", tradução livre), dirigida por Jean Macé, contava com vários membros espíritas, entre os quais Alexandre Delanne, Léon Denis, Camille Flammarion, Emmanuel Vauchez, Pierre-Gaétan Leymarie entre outros. Esses personagens, após Allan Kardec, grande pedagogo e divulgador da filosofia espírita, se dedicaram a promover a laicidade, como princípio que permite ao Estado garantir a instrução e a educação, independentemente de qualquer instituição religiosa.



VOCÊ SABIA?

Em 1791, em resposta à "*Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*" de 1789, uma mulher chamada Olympe de Gouge publicou sua própria Declaração dos Direitos da Mulher e do Cidadão, na qual defendia direitos iguais para homens e mulheres. Sua oposição aos revolucionários mais radicais fez com que ela fosse guilhotinada em 1793.

Além dessa questão da instrução pública, a posição das Igrejas, que continuam a exercer sua influência na sociedade, foi também reconsiderada, especialmente pelas três monarquias sucessivas de Luís XVIII, Carlos X e Luís Filipe. Essa época de restaurações monárquicas fez esquecer as conquistas da Revolução Francesa, que havia iniciado os primeiros avanços em direção a uma forma de laicidade. Esse princípio foi reavaliado pela Terceira República, levando mais tarde à lei de 9 de dezembro de 1905, que institui a separação entre as Igrejas e o Estado. Essa lei também trata da questão dos locais de culto, das associações religiosas e da vigilância dos cultos, tornando-se o pilar das instituições laicas.

Em termos jurídicos, a laicidade é o princípio da separação entre a sociedade civil e a sociedade religiosa no que diz respeito à organização e administração da sociedade. O Estado deve ser neutro e imparcial em relação às confissões religiosas, enquanto as instituições públicas devem ser independentes do clero e das Igrejas.

A laicidade se opõe, portanto, ao que foi no Antigo Regime uma predominância do clero aliado à monarquia, que conferia à Igreja o papel de religião oficial do Estado.

No plano da prática religiosa, as questões espirituais são relegadas à esfera privada. Isso pode nos remeter, ao retrocedermos muito na história, às origens da laicidade, por meio da famosa frase de Jesus, que, ao ser questionado por fariseus que lhe preparavam uma armadilha, respondeu se era ou não necessário pagar o imposto ao imperador romano. Ele os chamou de "hipócritas", depois pediu que mostrassem uma das peças usadas para pagar o imposto e lhes perguntou quem estava representado nela. Eles responderam que era César, ou seja, Tibério, apelidado de "Caesar" como todos os imperadores romanos. Jesus então respondeu: "*Dai a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus*". Com essa frase, ele lhes indicava a indispensável separação entre o material e o espiritual, em outras palavras, entre a organização política e a questão dos princípios religiosos.

Se na Roma antiga os imperadores ocupavam a mais alta função religiosa, o mesmo ocorreu na Idade Média, onde na Europa Ocidental os monarcas possuíam um poder de direito divino compartilhado com as autoridades eclesiásticas. Da mesma forma, no império bizantino, o imperador detinha um poder supremo, acima da Igreja, e tinha autoridade sobre seu mais alto representante, o patriarca de Constantinopla.

Nas sociedades de hoje, a laicidade, embora não seja sistematicamente reivindicada, se tornou um fato consolidado em muitos países, especialmente na Europa.

Observa-se que, nos países anglo-saxões, a tradição estabelece que haja uma Bíblia como livro de cabeceira nos quartos de hotel. É um costume que visa incentivar a leitura das Escrituras Sagradas, sem questionar a influência religiosa implícita por essa tradição.

Também encontramos essa prática em outro contexto, como o ato de jurar sobre a Bíblia nos tribunais americanos. E ainda mais conhecida é a tradição seguida por todos os presidentes dos Estados Unidos, que fazem seu juramento de posse com a mão sobre a Bíblia.

John Locke

O conceito de separação entre Igreja e Estado é frequentemente atribuído ao filósofo inglês John Locke. Com base em seu princípio do contrato social, ele afirma que o Estado não tem legitimidade suficiente para interferir na consciência individual. Locke destaca o direito natural e a liberdade de consciência, que devem ser protegidos contra intru-

sões governamentais. Essa exigência de tolerância religiosa e a valorização da consciência individual tiveram grande influência nas colônias americanas e na redação da Constituição dos Estados Unidos.

O PRINCÍPIO DA LAICIDADE

Na França, de acordo com as diretrizes oficiais fornecidas pelo relatório anual do Observatório da Laicidade, a síntese expressa é a seguinte:

> *"A laicidade garante a liberdade de consciência. Dessa liberdade decorre o direito de manifestar suas crenças ou convicções, dentro dos limites do respeito à ordem pública. A laicidade implica a neutralidade do Estado e impõe a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de religião ou convicção.*
>
> *A laicidade garante aos crentes e aos não crentes o mesmo direito à liberdade de expressão de suas crenças ou convicções. Ela assegura tanto o direito de ter ou não ter uma religião, de mudar de religião ou de não seguir mais nenhuma. Garante o livre exercício dos cultos e a liberdade religiosa, mas também a liberdade em relação à religião: ninguém pode ser obrigado a respeitar dogmas ou preceitos religiosos.*

A laicidade implica a separação entre o Estado e as organizações religiosas. A ordem política é fundada exclusivamente na soberania do povo cidadão, e o Estado, que não reconhece nem financia nenhum culto, não interfere no funcionamento interno das organizações religiosas. Dessa separação decorre a neutralidade do Estado, das instituições territoriais e dos serviços públicos, mas não de seus usuários. Assim, a República laica garante a igualdade dos cidadãos perante a administração e o serviço público, independentemente de suas convicções ou crenças.

A laicidade não é uma opinião entre tantas outras, mas a liberdade de ter uma. Ela não é uma convicção, mas o princípio que permite todas elas, desde que respeitem a ordem pública".

ONDE A LAICIDADE É APLICADA?

Sempre existem distorções entre um princípio e sua aplicação real, e isso também ocorre com a laicidade. Um dos primeiros grandes países a impor o princípio da laicidade (em 1924) foi a Turquia, de Mustapha Kemal, conhecido como Atatürk. Sem dúvida, essa foi uma maneira de se aproximar dos valores e modos de vida do Ocidente, criando uma ruptura com o passado imperial otomano e

islâmico. Inspirado pela Revolução Francesa, ele incorporou a laicidade à Constituição. Atatürk realizou, de certa forma, uma revolução cultural e social, substituindo o alfabeto árabe pelo alfabeto latino, concedendo o direito de voto às mulheres e abolindo a sharia, retirando assim do islamismo seu status de religião oficial.

Atatürk

Sharia: sistema jurídico do Islã, que estabelece várias normas e regras doutrinárias e culturais. Alguns aspectos são incompatíveis com a noção de direitos humanos, principalmente no que diz respeito à liberdade de expressão, à liberdade sexual e à situação das mulheres.

Na Turquia de hoje, a educação religiosa é obrigatória nas escolas públicas, mesmo que o presidente Erdogan ainda se refira a alguns princípios laicos herdados de seu distante antecessor. Como resultado, não se pode mais dizer que esse país reivindica o verdadeiro laicismo, que consiste em separar a organização social da prática religiosa.

Outro exemplo marcante de laicidade é o da França, que em 1905 instituiu a separação entre as Igrejas e o Estado. Na realidade, o princípio da laicidade é regularmente reconsiderado em dife-

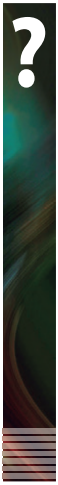
rentes épocas, dependendo de diversos contextos. Em nossa atualidade, devido à imigração de pessoas de confissão muçulmana, surgiram muitos debates que ainda não foram totalmente resolvidos, especialmente no que diz respeito aos símbolos religiosos visíveis, como o véu islâmico, cujo uso é proibido em espaços públicos.

Há também o problema da educação pública, parcialmente delegada a escolas privadas, o que sempre perdurou na França com as chamadas "*escolas livres*" sob contrato com o Estado. Além disso, existem escolas católicas completamente privadas e, atualmente, escolas confessionais corânicas, bastante fechadas, e cujos conteúdos curriculares não são exatamente conhecidos.

Podemos então observar que a laicidade não é uma norma perfeitamente e totalmente aplicada; é mais uma orientação que responde a uma tradição de mais de cem anos na França. No entanto, outros países que, embora não tenham declarado esse princípio de forma constitucional, aplicam uma forma relativa de laicidade, como é o caso da maioria dos países ocidentais ou assimilados (Austrália, Japão, Coreia do Sul, etc.), bem como os países da América Latina e alguns outros países ao redor do mundo que não fundamentam sua política em princípios religiosos.

O SINAL DE UMA EVOLUÇÃO

Considerando o curso da história humana, em que as monarquias gradualmente deram lugar às repúblicas, a relação com a religião foi sendo questionada. A monarquia era a guardiã de uma instituição religiosa, ambas estavam intimamente entrelaçadas e governavam as populações de forma autoritária, sem que houvesse espaço para questionamentos. Essa relação com a religião foi especialmente contestada pelos filósofos do Iluminismo, que buscaram conceber outras formas de poder que, embora respeitassem a crença em Deus, tinham como objetivo emancipar as populações.



VOCÊ SABIA?

No século 18, a Era do Iluminismo, os filósofos questionaram a organização das sociedades. Eles foram os precursores das democracias e repúblicas, e também levantaram a questão das influências religiosas na sociedade.

De certa forma, e sem querer, eles foram as referências intelectuais da Revolução Francesa. A separação de poderes foi claramente definida por Montesquieu; a influência da religião já havia sido levantada por Voltaire, que denunciou seu obscurantismo; e a liberdade por meio da educação era o princípio de Jean-Jacques Rousseau.

3 O ESPIRITISMO E A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA E DE CRENÇA

Com base nas definições apresentadas anteriormente sobre o Estado laico, distinguimos claramente o que pertence à esfera privada e o que se insere no domínio público.

Tudo o que se refere à organização da sociedade não deve ser influenciado pelas crenças diversas inerentes a cada cultura. No entanto, isso não impede que cada indivíduo expresse e viva sua crença com total liberdade. É nesse contexto que a liberdade de consciência se aplica não apenas às pessoas que possuem ou não uma crença religiosa, mas também aos espíritas, que se declaram areligiosos, reivindicando uma identidade espiritual, científica e filosófica.

O espiritismo é, por essência, a filosofia da consciência, fundamentada na liberdade ou, pelo menos, no livre-arbítrio, conforme abordado em *O Livro dos Espíritos*.

A LIBERDADE DE CONSCIÊNCIA

O ensinamento espírita baseia-se em princípios inicialmente definidos por Allan Kardec, a partir das comunicações do outro mundo, que ele estudou, analisou e sintetizou em *O Livro dos Espíritos*. Esses grandes princípios, que o próprio Kardec denominou leis divinas, permaneceram imutáveis ao longo do tempo. Entre eles, destacam-se a manifestação dos Espíritos por meio de médiuns, a reencarnação como lei da evolução intelectual e moral, e a pluralidade dos mundos habitados.

Todo esse conjunto se apoia na ideia de um Deus, um termo genérico que, apesar de sua limitação, busca expressar a imensidão do universo e a transcendência do amor e da criação. Tudo isso está além da nossa capacidade de compreensão humana, mas o simples fato de evocar esse conceito indica que temos uma certa consciência disso, uma consciência devolvida às nossas mentes em constante evolução. É uma consciência de que algo está além de nós, mas que estamos tentando

abordar em um início de compreensão, seja em um nível científico ou filosófico.Tudo na história da humanidade tende a essa busca de compreensão, não apenas nas artes e na literatura, mas também na tecnologia, na ciência, na filosofia e na religião, todas elas refletindo uma intuição fundamental que nos liga a uma força transcendente além de nossa capacidade de conceituação.

Toda reflexão intelectual e espiritual implica liberdade, liberdade para pensar e agir, liberdade para expressar ideias e criar, embora isso não seja evidente em todas as partes do mundo. Mas onde quer que vivamos, sempre há a necessidade de trabalhar para melhorar as liberdades. Há países onde tudo ainda precisa ser feito e nações como a nossa, onde temos a vantagem do direito de expressão, sem muitas restrições.

A primeira liberdade a ser defendida, em um processo que varia conforme as regiões, é a liberdade de consciência, pois ela é o ponto de partida de todas as lutas pelo bem-estar e pelo desenvolvimento humano. No entanto, ao falar de consciência, é fundamental considerar também uma exigência intelectual indispensável. Ser consciente, sim! Mas consciente do quê e a partir de quais conhecimentos?

Percebe-se que a consciência precisa ser alimentada por conhecimento e cultura, para ter uma base sobre a qual refletir. Podemos estar cientes de existir, de pensar, de viver entre nossos semelhantes, mas sem cultura nossa consciência permanecerá limitada. Como podemos julgar um fato ou um evento se não conhecermos as causas? Desse ponto de vista, podemos ver que a consciência é extremamente limitada quando as pessoas não têm um bom conhecimento dos fatos. Isso fica muito claro quando as redes sociais possibilitam a propagação de desinformação e propaganda, distorcendo a realidade a tal ponto que chegam a criar realidades virtuais que, na verdade, não existem. Por isso, além da consciência, é essencial acrescentar o senso crítico, o livre-arbítrio e a capacidade de julgamento. E isso exige uma educação sólida, apoiada por uma boa instrução.

LIBERDADE DE CRENÇA

O próprio princípio da laicidade, baseado na liberdade religiosa na esfera privada, garante uma total liberdade de crença, dentro do respeito às regras democráticas, e isso, evidentemente, nas sociedades que permitem esse direito.

Nas sociedades teocráticas que não aplicam a

separação entre política e religião, como no caso do Irã, não há liberdade de crença, pois a religião oficial do Estado, o islamismo xiita, dita as leis e domina as instituições que definem as normas de convivência social. Trata-se, nesse contexto, de uma crença única e inquestionável, sobre a qual é proibido refletir, pois isso significaria colocá-la em dúvida. Às vezes, é possível fazer evoluir conceitos religiosos, como acontece hoje entre os católicos, que têm liberdade de consciência e de reflexão. No entanto, em uma sociedade governada por regras religiosas estritas, é evidente que não há espaço para qualquer questionamento. Isso é particularmente visível na condição das mulheres em Estados teocráticos muçulmanos, como Irã, Afeganistão e vários outros.

Os espíritas, por sua vez, defendem a total liberdade de crença, mas também defendem a democracia, que é o único sistema que permite essa liberdade. O espiritismo, ao contrário de certas religiões, não lança anátema sobre qualquer movimento que não defenda os mesmos princípios que ele. Pelo contrário, como filosofia e espiritualidade de emancipação individual, o espiritismo só pode defender a total liberdade de consciência, opor-se às teocracias e possivelmente discutir pontos de espiritualidade religiosa, respeitando as crenças.

Muitas vezes discutimos certos princípios religiosos que nos pareciam absurdos, e outros já o fizeram antes de nós, como Léon Denis, que, seguindo Allan Kardec, não deixou de destacar a inutilidade de conceitos como céu, purgatório e inferno, que refletem uma determinada ideia de um Deus vingador e justiceiro, à imagem de magistrados humanos. Entretanto, se esses debates críticos ocorreram ao longo da história do espiritismo, sempre foi com respeito às crenças. Isso levou Allan Kardec a dizer que, se certas pessoas estão satisfeitas com suas crenças, devemos respeitar sua fé; não nos cabe desviá-las de seus caminhos.

O espiritismo trouxe consigo um elemento completamente novo, o de uma possível comunicação com o outro mundo, um contato que nos permitiu refinar nosso conhecimento sobre a vida após a morte. De muitas maneiras, isso contradizia as crenças religiosas, mas podia confirmar certos conceitos, como a noção cristã de Deus ou o princípio da reencarnação nas escolas orientais. A ideia não era mais contradizer sistematicamente todas as crenças, mas ver como algumas delas poderiam ter uma base de verdade que, no entanto, havia sido alterada ao longo do tempo e deturpada por poderes monárquicos e religiosos que buscavam controlar a população.

E foi a partir desses fundamentos de verdade estudados por nossos precursores que os espíritas abriram o debate, enfrentando grandes dificuldades, especialmente no século XIX, quando a Igreja Católica ainda professava princípios rigorosos, entre eles a existência do diabo, que era considerada a única entidade possível de se manifestar através dos médiuns. As coisas evoluíram desde então, a ponto de ser possível imaginar um diálogo com os cristãos mais progressistas que, no plano moral, poderiam encontrar pontos de concordância com os espíritas.

VOCÊ SABIA?

O padre François Brune, sacerdote e teólogo francês (1931-2019), estava interessado na comunicação com os mortos. Ele escreveu "À l'écoute de l'au-delà" ("à escuta do outro lado", traduçao livre) com o parapsicólogo Rémy Chauvin. Embora convencido de que o espírito sobrevive após a morte, ele não concordava com a ideia de reencarnação.

Ele e outros padres estavam interessados no paranormal, e isso teve uma influência definitiva no desenvolvimento do dogma católico.

Vale lembrar também os avanços da Igreja oficial sobre a possível comunicação com os mortos, algo que devemos a uma declaração do padre Concetti em 1996, publicada no *Osservatore Romano*, órgão de imprensa oficial do Vaticano.

Em novembro de 1996, a grande agência de imprensa italiana ANSA publicou uma entrevista com o padre Gino Concetti, na qual ele falava sobre a vida após a morte de uma maneira inovadora, sem excluir a possível comunicação com os falecidos. Dessa forma, ele subvertia os princípios do catolicismo que, até então, sem negar os fenômenos estranhos, os atribuía ora ao diabo, ora aos santos ou à Virgem Maria. Qualquer outra forma de comunicação era considerada um sacrilégio.

Portanto, podemos considerar hoje que a comunicação mediúnica é reconhecida pela Igreja, mesmo que ela não a incentive, considerando que ela pode apresentar perigos. Portanto, esse é um passo adiante que deve ser considerado.

Se o órgão de imprensa Osservatore Romano supostamente representa a versão oficial do Vaticano, não sabemos, no entanto, se a Cúria Romana e o Papa realmente se debruçaram sobre essa questão, o que parece pouco provável, já que a informação

não recebeu maior repercussão midiática. Além disso, sabe-se que os princípios da Igreja podem ser um tanto flexíveis, e não se conhece exatamente tudo o que pode ser objeto de um decreto. O mais recente que ganhou notoriedade foi, em 2007, a supressão do limbo, considerado o destino daqueles que morreram sem terem sido batizados.

Para concluir sobre as liberdades de consciência e de crença do ponto de vista espírita, lembremos que, para os espíritas, a tolerância é primordial. Mesmo que, como espíritas progressistas, reivindiquemos uma identidade não religiosa, mas filosófica, nossa principal orientação é afirmar que o espiritismo se situa fora das crenças dogmáticas ensinadas pelas religiões, ao mesmo tempo em que aceita a possibilidade de diálogo com representações religiosas que assim o desejarem. O padre Concetti, em nome do Vaticano, de certa forma abriu a porta para esse diálogo.

Obviamente, seremos muito mais circunspectos quando nos depararmos com outras religiões, algumas das quais estão retrocedendo cada vez mais em termos de moralidade e ética. Existem franjas fundamentalistas que estão se desenvolvendo por meio do cultivo do obscurantismo mais retrógrado que se possa imaginar.

São, por exemplo, alguns ramos do evangelicalismo americano que se espalharam pelo mundo, rejeitando as teorias evolucionistas e demonstrando um retrocesso total em relação à emancipação das mulheres. Da mesma forma, todas as vertentes do islamismo que negam qualquer forma de liberdade às mulheres seguem essa mesma linha de pensamento.

Além do respeito que devemos a todas as crenças, não podemos aceitar as ideias religiosas que se radicalizaram a ponto de se tornarem fundamentalismos. Além disso, esse fenômeno se desenvolveu em países autoritários, cuja governança, chamada de teocrática, é baseada justamente nesses princípios de radicalidade religiosa.

4 LIBERDADE DE EXPRESSÃO RELIGIOSA

A liberdade religiosa levanta a questão histórica das religiões que, em sua maioria, impuseram seus princípios e dogmas por meio do exercício do poder.

A Igreja Católica, em particular, perpetuou sua predominância em conjunto com os poderes reais e imperiais, na medida em que, por exemplo, o rei da França era o representante de Deus em seu país. Portanto, a religião tinha um controle sobre a população em relação à supremacia dos reis e nobres. Isso significava que a expressão da espiritualidade era prejudicada pelos princípios de vida ditados pelo poder temporal do reino e da Igreja.

Na França, foi principalmente no século XX que o laicismo e a separação da Igreja e do Estado, em 1905, desconectaram o poder temporal da

representação religiosa. A Igreja Católica aceitou lentamente esse estado de coisas, tanto na França quanto em outros lugares, e, no final, isso deixou de ser um problema quando um novo papa reformista, João XXIII, sucedeu Pio XII.

VATICANO II

Destacamos, em particular, o papel determinante do Concílio Vaticano II, iniciado pelo papa João XXIII em 1962, com o objetivo de reformar o dogma e conceder certa liberdade à prática religiosa. Embora o abandono da missa em latim tenha sido apenas a parte mais visível da reforma, outros princípios foram questionados a partir das transformações do mundo naquela época. O concílio abordou temas como os avanços tecnológicos, a emancipação dos povos e a relação da Igreja com outras religiões.

Concílio Vaticano II

A grande questão, além do dogma, era a aplicação da mensagem de Jesus no mundo contemporâneo. Havia, então, uma conotação social

e política na ação de João XXIII, especialmente por meio de suas encíclicas. Destacam-se *Mater et Magistra* em 1961, que tratava do compromisso social da Igreja, e *Pacem in Terris* em 1963, que abordava a paz entre todas as nações, baseada na "*verdade, justiça, caridade e liberdade*".

O catolicismo, por meio da voz do Concílio, deixava então suas concepções religiosas restritas para se abrir ao mundo na busca pelo sentido de sua missão. A partir de valores universais, João XXIII procurou unificar a cristandade, inclusive em um plano mais político, questionando os dois grandes sistemas de sua época, o capitalismo e o comunismo, para confrontá-los com esses valores universais. Tratava-se mais de provocar uma reflexão nos sistemas e convidá-los ao debate do que de lhes dar uma lição. O objetivo era simplesmente buscar, dentro da sociedade, aquilo que pudesse contribuir para a melhoria da humanidade. E, nesse chamado à reflexão sobre o futuro da humanidade, é evidente que a laicidade não era mais questionada, pois a instância do Vaticano, enquanto representação espiritual, interpelava todos os Estados, sem que nenhum deles fosse governado em nome de uma teocracia católica.

UMA NOVA CORRENTE

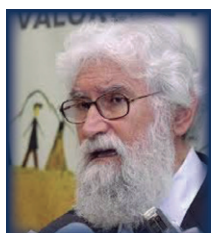
Essa mudança, iniciada por João XXIII, foi sobreposta a novas correntes de pensamento cristão que estavam mais envolvidas na vida da cidade, com base em teorias políticas nas quais as reflexões religiosas poderiam ser enxertadas.

Foi na virada dos anos 1960 que surgiram correntes de pensamento influenciadas pelo marxismo. Alguns católicos passaram então a adotar, em parte, uma filosofia ateia para demonstrar que a análise marxista não precisava necessariamente do materialismo filosófico para existir e que era perfeitamente possível, como crente, reivindicar a mesma análise sobre o funcionamento das sociedades e compartilhar a mesma visão sobre as soluções a serem encontradas. Foi assim que surgiu a Teologia da Libertação, representada, entre outros, por Dom Hélder Câmara no Brasil. O princípio não era promover uma revolução do tipo soviético ou maoísta, mas reivindicar aspirações concretas e pragmáticas. Esse bispo denunciava as situações de pobreza no Terceiro Mundo, o comércio de armas, a guerra do

Dom Hélder Câmara

Vietnã e a ditadura brasileira (1964-1985). Apelidado de "bispo vermelho", ele dizia: "Eu alimento um pobre e me chamam de santo. Eu pergunto por que o pobre não tem o que comer e me chamam de comunista."

Outra figura importante da Teologia da Libertação é Leonardo Boff (nascido em 1938), teólogo e franciscano, que, impedido de pregar, deixou o sacerdócio para se dedicar a serviços populares de apoio às mães e crianças em situação de rua. Ele milita contra as injustiças e desigualdades sociais, apoia o Movimento dos Sem Terra e demonstra grande preocupação com os desastres ambientais.


Leonardo Boff

Outro fenômeno da mesma época, especialmente na França, foi o movimento dos padres operários, jovens que queriam dar um significado social à sua função religiosa. Eles saíam para encontrar pessoas que trabalhavam em fábricas, para entrar em contato com um mundo da classe trabalhadora que era defendido por sindicatos ou partidos políticos cujas tendências filosóficas eram mais ateístas do que religiosas.

Alguns comentaristas às vezes sugeriram que os padres operários eram instrumentos de uma Igreja em declínio, tentando recrutar fiéis em todos os meios. No entanto, percebeu-se que, na realidade, tratava-se de pessoas de grande sinceridade que, para além de sua reflexão metafísica, buscavam uma aplicação concreta da mensagem cristã. Eles se sentiam mais à vontade defendendo os mais vulneráveis do que exercendo um ministério baseado apenas na pregação da palavra, sem os meios para colocá-la em prática.

É certo que esse não foi um fenômeno duradouro; ele simplesmente refletia uma época em que havia um desejo de se afastar do evangelismo passivo e verbal para compartilhar as realidades concretas da vida no trabalho.

A EXPRESSÃO RELIGIOSA ENTRE OS CATÓLICOS

O exemplo acima mostra que os católicos, em sua diversidade, passaram a se conceder certas liberdades. Esse movimento começou com João XXIII e continuou, de forma mais tradicional, com Paulo VI. Mais tarde, o pontificado de João Paulo II apresentou uma face ambígua da Igreja, oscilando

entre conservadorismo e progressismo. Tivemos um papa que, por causa de sua origem polonesa, usou sua influência para acompanhar a transformação da Polônia e, por contágio, dos países com regimes autoritários na Europa Oriental, países satélites da União Soviética.

Era necessário um papa para provocar o desmembramento do bloco do Leste? Na realidade, não, pois no fim das contas foi Mikhail Gorbachev quem deu o sinal verde para a emancipação de todos os países do Pacto de Varsóvia que estavam sob o jugo da União Soviética. A ação diplomática de João Paulo II sem dúvida exerceu influência na emancipação da Polônia, que ocorreu mais precocemente que a dos seus vizinhos, mas de uma forma ou de outra, essa transformação teria ocorrido, independentemente de qualquer influência religiosa ou vaticana.

Pôde-se ver, nessa ocasião, toda a sutileza de negociações mais políticas do que religiosas. E foi possível notar que, em questões mais teológicas, a modernidade nem sempre acompanhou o curso da história, com posicionamentos ainda muito conservadores no plano social. Por exemplo, alguns africanos ainda se lembram dos discursos de João Paulo II, incitando as pessoas a não utilizarem métodos contraceptivos, o que evidentemente não con-

quistava a adesão das populações do terceiro mundo. Podemos, no entanto, reconhecer que João Paulo II foi um militante da paz, por meio de suas viagens e diversas intervenções em vários países.

Em seguida, o pontificado de Bento XVI (2005–2013) constituiu um período estagnado, até mesmo um certo retrocesso do ponto de vista da teologia e do dogma. Deve-se acrescentar a isso a falta de carisma em público, diante de um povo de cristãos que havia se acostumado a expressar seu fervor como se aclamasse uma estrela do rock quando João Paulo II se deslocava, ou mesmo simplesmente ao atravessar a Praça de Saint-Pierre (São Pedro) em seu papamóvel, especialmente adaptado para protegê-lo contra riscos de atentados.

Quanto ao papa Francisco, vimos uma inflexão real que ele quis imprimir à Cidade do Vaticano por meio de sua função. Sabe-se que ele enfrentou numerosas oposições dentro da Cúria Romana. Mas sua determinação o levou a ir até o fim com suas convicções, especialmente no que diz respeito às questões sociais e políticas. Ele se pronunciou em particular sobre os

Papa Francisco

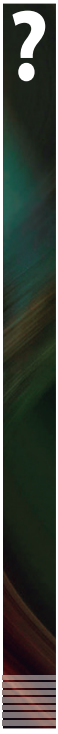
escândalos humanitários relacionados aos imigrantes que cruzam o Mediterrâneo, pedindo que cada país assumisse suas responsabilidades.

Vemos também que este papa não tinha uma predileção particular por questões teológicas e dogmáticas, ao contrário de seu antecessor Bento XVI. Sua preocupação era mais humanista e humanitária, voltada para a aplicação concreta da mensagem do evangelho.

Nesse sentido, sua livre expressão religiosa o coloca na posição de buscar transformar as coisas desde dentro, como tentou fazer no campo das finanças do Vaticano — tentativa à qual renunciou diante das fortes resistências. Ele então concentrou sua atenção para as urgências de uma expressão religiosa próxima do ser humano, das comunidades humanas e dos riscos políticos que os autocratas beligerantes fazem pesar sobre nós.

Lembremos também que, desde João XXIII, houve permanentemente uma vontade de diálogo conhecida sob o nome de ecumenismo. Tratava-se de promover ações e orações em comum entre as diversas correntes do cristianismo, com as Igrejas protestantes, a Igreja anglicana, a Igreja ortodoxa e os cristãos do Oriente.

Essa vontade também se ampliou a outros movimentos religiosos ao redor do mundo, seja o judaísmo, o islamismo, o hinduísmo ou o budismo, quando um papa, durante uma viagem, ia ao encontro de outras espiritualidades para abrir um diálogo inter-religioso.



VOCÊ SABIA?

A encíclica *Pacem in Terris*, de João XXIII, abre com a seguinte frase:
"*A paz na Terra, objeto do profundo desejo da humanidade de todos os tempos, não pode se fundar nem se consolidar senão no respeito absoluto à ordem estabelecida por Deus.*"

Os diferentes pontos abordados estão ligados à noção de Deus, não de maneira dogmática, mas dentro de uma certa forma de abertura, deixando espaço para a interrogação e a reflexão. Encontra-se ali considerações sobre a economia, as classes trabalhadoras e a emancipação das mulheres.

A autoridade, por exemplo, deve ser confrontada com a ordem moral estabelecida por Deus e não deve degenerar em opressão. Trata-se também da participação dos cidadãos na vida pública, de seus direitos e deveres e do bem comum.

Encontram-se nele acentos inerentes à necessidade de democracia e solidariedade. O problema dos refugiados políticos é até mesmo abordado já naquela época. Enfim, um documento imbuído de uma grande espiritualidade, mas que, por sua proximidade com as realidades sociais, políticas e morais, podia representar um guia para os cristãos dos anos 1960 — e ainda hoje, em muitos aspectos, pode ressoar em nossas sociedades.

O MUNDO MUÇULMANO

Ao contrário da Igreja Católica, outras religiões não possuem uma hierarquia instituída nem um chefe supremo responsável por representar a linha teológica a ser seguida.

Essa é, entre outras, a realidade do mundo muçulmano, onde se expressam diversas correntes de pensamento. No entanto, predominam dois grandes ramos principais: o xiismo e o sunismo, cuja origem remonta à morte do profeta Maomé e à questão de sua sucessão. Os sunitas reconhecem os três primeiros califas (termo que significa "sucessores"), enquanto os xiitas consideram legítimo apenas o quarto califa, Ali.

Profeta Maomé

Atualmente, os sunitas representam 90% dos muçulmanos e são a maioria em muitos países. Os xiitas são a maioria no Iraque e no Irã. Há também uma minoria xiita em vários países, como a Síria e o Líbano.

Na realidade, o sunismo e o xiismo compartilham um grande número de pontos em comum; seria necessária uma análise aprofundada para compreender todas essas nuances. Mas voltemos ao tema deste capítulo, que trata da liberdade de expressão e das influências sobre as sociedades.

Constatamos que, no Islã contemporâneo, vários países permaneceram ou se tornaram teocracias, ou seja, Estados governados segundo as leis do Alcorão, que, do ponto de vista jurídico, determinam as regras a serem seguidas e as punições a serem aplicadas quando essas normas são desrespeitadas.

Lembremos que, no passado, alguns desses Estados haviam adquirido uma forma de laicidade, ao recusarem alinhar as leis civis às leis religiosas. Foi o caso da Turquia, do Egito, do Irã, da Síria e do Iraque. No entanto, esses regimes continuavam sendo autoritários e repressivos.

Os novos sistemas tornaram-se teocráticos e continuaram a oprimir as populações de maneira semelhante, com uma diferença: a norma opressiva mudou de natureza, passando de uma ditadura civil ou militar para uma ditadura religiosa.

O HINDUÍSMO HOJE

Religião praticada, essencialmente, na Índia, o hinduísmo não tem fundador, dogmas impostos, nem instituições organizadas. Com 1,1 bilhão de fiéis em 85 países, é a terceira maior religião do mundo.

Antes do período colonial, o hinduísmo englobava um vasto conjunto de saberes e ciências, reu-

nindo filosofia, direito, política e medicina.

Para além dos livros sagrados e das crenças tradicionais, é importante observar como essa religião é atualmente utilizada com fins políticos.

O primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, apresenta-se como um nacionalista hindu muito ativo, ao mesmo tempo voltado para a modernidade e movido pela supremacia da religião hindu. No sentido inverso, os fundadores da nação indiana, Gandhi e Nehru, fizeram campanha por uma pluralidade tolerante de crenças, mas não conseguiram conter a rejeição massiva dos muçulmanos, o que levou à criação de dois novos estados, o Paquistão Ocidental e o Paquistão Oriental, que mais tarde se tornou Bangladesh. Mas os conflitos persistiram, pois, apesar de muitos muçulmanos terem migrado para os novos territórios do Paquistão, outros permaneceram na Índia. Isso levou a um ostracismo arcaico por parte de uma importante comunidade hindu, que adotou uma postura de integrismo extremamente intransigente, a ponto de não mais tolerar outras etnias ou religiões. O primeiro-ministro Narendra Modi segue essa linha de pensamento, promovendo um nacionalismo cultural e identitário que, segundo ele, seria completamente incompatível com o Islã.

Os muçulmanos, assim como os cristãos e os sikhs, são estigmatizados, demonizados como sendo de uma fé "não indiana", porque nasceram fora do subcontinente indiano.

Os primeiros cinco anos do governo Modi (2014-2019) foram marcados pelo nacionalismo e integrismo, pregando o ódio contra os muçulmanos ou buscando convertê-los ao hinduísmo. Isso continuou no segundo mandato.

Um dos temas mais discutidos é a vaca sagrada. Atualmente, existem milícias de proteção às vacas responsáveis por processar muçulmanos suspeitos, muitas vezes erroneamente, de comer a carne desse animal sagrado.

INFLUÊNCIA DOS BUDISTAS

O budismo ensina o abandono da violência e promove os ideais de compaixão e benevolência. No entanto, ao longo de 2.500 anos de história, houve inúmeros casos de violência provocada por pessoas ou grupos que se declaravam budistas.

Na história atual, o Sri Lanka foi palco de violentos confrontos entre os cingaleses (budistas) e a minoria tâmil até 2009.

E hoje, na Birmânia, a perseguição budista à minoria muçulmana Rohingya continua.

O Dalai Lama, o principal representante do budismo, sempre pediu a esses movimentos extremistas que parassem com suas lutas fratricidas e praticassem a não-violência.

Dalai Lama

Na Birmânia (Myanmar), "o movimento 969", liderado pelo monge dissidente Ashin Wirathu, é composto por extremistas antimuçulmanos. Trata-se de budistas que incendeiam mesquitas, escolas e casas da minoria Rohingya, com o objetivo de expulsá-los de suas terras. A maioria dessas vítimas é forçada a buscar refúgio em Bangladesh e em outros países vizinhos.

Aqui vemos um ostracismo antimuçulmano semelhante ao da Índia, também devido a uma forma de nacionalismo ligado à sua religião majoritária, que deve se tornar o único ponto de referência, excluindo todos os outros.

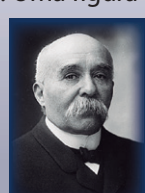
5 OS FUNDAMENTALISMOS E A VIOLÊNCIA

A ascensão dos fundamentalismos é hoje uma questão crucial, não apenas no que diz respeito a espiritualidades deturpadas, mas também em termos sociopolíticos. Observemos, primeiramente, os fundamentalismos oriundos do cristianismo que, por sua influência, às vezes chegam a abalar os próprios fundamentos de nossas sociedades, especialmente nas culturas ditas como ocidentais, e mais particularmente nos Estados Unidos. Esse movimento, em toda a sua diversidade, é frequentemente classificado pelo termo genérico *Evangélico*. Mais precisamente, trata-se da vertente *Pentecostal*, que se desenvolveu de forma exponencial nas Américas, tornando-se a linha de frente de políticos populistas como Donald Trump e Jair Bolsonaro —

candidatos que, em 2016 e 2018, se aproveitaram do fervor religioso evangélico para sua própria ascensão política e para a propagação de ideias anti-democráticas, racistas, discriminatórias, antifeministas, homofóbicas, entre outras.

Em outros tempos, costumávamos falar da aliança de "sabre e goupillon", uma antiga expressão atribuída a Georges Clémenceau que se aplicava ao conluio entre o exército ou o Estado e a Igreja. Hoje, em outras formas, vemos a extensão da ligação íntima entre religião e política em muitos países. Quando se trata das teocracias do Islã, entendemos que a laicidade quase nunca existiu em alguns desses estados e que um dia será necessário fazer progressos para anunciar uma nova era para essas regiões.

Georges Clémenceau (1841–1929) foi um estadista francês que serviu como primeiro-ministro da França de 1906 a 1909 e novamente de 1917 até 1920. Uma figura-chave dos Radicais Independentes, ele foi um forte defensor da separação entre Igreja e Estado, anistia dos Communards exilados na Nova Caledônia, bem como oposição à colonização. Clemenceau, médico que virou jornalista, teve papel central na política da Terceira República.



Georges Clémenceau

Por outro lado, quando se trata da democracia americana, capaz de uma regressão intelectual a ponto de questionar o ensino do evolucionismo em algumas escolas, e de uma regressão moral em relação às questões sociais, é legítimo perguntar como tais extremismos, ditados por certas correntes do evangelicalismo, puderam servir tão fortemente a um poder corrompido. Além disso, outras forças antidemocráticas de extrema direita provocaram revoltas que atingiram seu auge insensato com o ataque ao Capitólio em 6 de janeiro de 2021.

Isso mostra claramente que nada pode ser considerado definitivo. Independentemente dos avanços democráticos feitos por certas sociedades, devemos estar sempre alertas e preparados para a possibilidade de retrocesso, retornando temporariamente a situações caóticas que podem nos lembrar dos momentos mais sombrios de nossa história. E, com base nos exemplos que vimos, podemos ver que precisamos permanecer extremamente vigilantes o tempo todo, ou corremos o risco de sofrer transtornos desastrosos que podem resultar em novas guerras, como as que eclodiram recentemente.

Não podemos dizer, no entanto, que as religiões integristas estejam na origem de todos os conflitos;

não, elas são apenas um acompanhamento. Se observarmos os grandes autocratas da atualidade, veremos que sua ambição se limita à própria causa política, independentemente de suas ideias religiosas, se é que as têm. É, portanto, em primeiro lugar, o abuso de poder que leva esses autocratas a querer invadir, colonizar além de suas fronteiras e, ao mesmo tempo, submeter sua própria população.

E, simultaneamente, são representações religiosas que podem servir-lhes de instrumento de valorização. Por exemplo, o evangelismo americano defende ideias reacionárias nos planos intelectual e moral, o que, por si só, não alimentou as ideias nocivas que já pertenciam a Donald Trump, mas esse apoio foi determinante para ele.

Toda uma vertente da religião colocou-se a seu serviço, e ele soube aproveitar disso de forma cínica, ridicularizando em seu coração as crenças demonstradas por seus apoiadores. Assim, os detentores de poderes autoritários não se preocupam com questões morais ou religiosas, e para continuar com o mesmo exemplo, a verdadeira questão era de natureza eleitoral e política interna, com destaque para o tema da imigração, uma realidade apresentada como uma calamidade, a suposta "invasão" dos migrantes da América Latina.

A VIOLÊNCIA

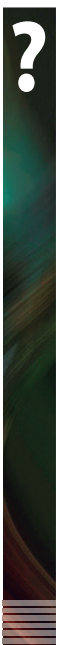
A particularidade das religiões integristas é a sua violência, seja ela verbal ou diretamente física. No que diz respeito à violência verbal, basta observar alguns sermões atuais. Podemos, por exemplo, compará-los com os do antigo pastor Billy Graham nos anos 1960. Nota-se então um recrudescimento da agressividade nos discursos, uma intransigência moral crescente em relação a questões sociais como o aborto, com declarações que se transformam em posicionamentos políticos exageradamente radicais.

O ex-pastor e televangelista Billy Graham, que em sua época era considerado uma personalidade atípica, teve o cuidado de dizer que se dirigia a todas as populações, de direita e de esquerda, e que não deveria de forma alguma envolver seu movimento em conflitos políticos eleitorais, dissociando claramente o espiritual do temporal. No entanto, ele havia apoiado outro pastor em sua luta pelos direitos civis, Martin Luther King, embora não tenha se envolvido diretamente nas manifestações. Mais tarde, já afastado das responsabilidades religiosas, ficou consternado ao ver como seus sucessores se engajavam cada vez mais no campo político — e, na maioria das vezes, ao lado dos conservadores reacionários.

Vimos esses grupos em ação sobre diversos temas. Se os analisarmos à luz do conhecimento que temos hoje, o mais surpreendente continua sendo sua leitura literal da Bíblia, o que teve como consequência desastrosa uma influência tão grande que o conteúdo do ensino escolar foi contestado, e uma proposta de lei chegou a ser apresentada no Senado — embora, felizmente, não tenha sido aprovada. A noção principal é a rejeição do evolucionismo de acordo com Charles Darwin e outros naturalistas e paleontólogos. Assim, para evitar problemas, algumas escolas optaram por ensinar ambas as teorias, criacionismo e evolucionismo, sem optar por uma ou outra.

Sabendo que a história bíblica inevitavelmente nos leva de volta à jornada do povo judeu desde Adão e Eva, os evangélicos levaram sua interferência religiosa ainda mais longe na arena política, desta vez em escala internacional. Eles acreditam que o povo escolhido de Deus deve reconquistar a totalidade da Terra prometida a eles por Deus. E é somente quando esse programa for concluído que o retorno do Messias à Terra se tornará possível e chegaremos ao fim dos tempos com o Juízo Final. E, melhor ainda, por uma reviravolta do destino, é nesse exato momento que o Juízo Final será muito desfavorável ao povo judeu. Pelo menos essa é uma das versões

mais excêntricas que podemos encontrar. É assim que, ao projetar o fim dos tempos de uma forma que nem sequer está nos escritos de referência (a Bíblia), conseguimos influenciar situações; por exemplo, grande parte do movimento evangélico apoia o projeto de um Israel maior, que teria espoliado todos os territórios palestinos e mandado a população de volta para sabe-se lá onde...



VOCÊ SABIA?

O criacionismo, ideia de uma criação *ex nihilo* (a partir do nada), se opõe à noção de uma evolução progressiva das espécies, conforme explicada por Jean-Baptiste Lamarck, Charles Darwin, Alfred Russel Wallace e outros naturalistas mais recentes, como o padre e paleontólogo francês Pierre Teilhard de Chardin.

Os evangelistas retornam aos antigos conceitos do criacionismo bíblico com o primeiro livro de Gênesis: um mundo criado em sete dias, a criação de um universo vegetal e depois animal, depois a criação dos dois primeiros humanos, Adão e Eva, que surgiram por volta de 4000 anos a.C.

As pesquisas científicas dos últimos dois séculos mostraram que o mundo foi gradualmente transformado e que nunca houve geração espontânea de qualquer forma de vida a partir do nada.

E, mais concretamente, os evangélicos fizeram campanha para a transferência da embaixada dos EUA de Tel Aviv para Jerusalém, o que foi conseguido por iniciativa de Donald Trump. Os Estados Unidos inauguraram oficialmente sua embaixada em Jerusalém em 14 de maio de 2018. No mais, é uma forma de desviar um antigo problema não resolvido, o do status de Jerusalém...

Aqui nos deparamos com o conflito israelense-palestino, que remonta a 1948 e que está cada vez mais atolado, especialmente desde o ataque assassino do Hamas em 7 de outubro de 2023. E então chegamos ao chamado terrorismo islâmico, que se diversificou em várias formas em diferentes lugares. Esses fundamentalismos se desenvolveram nas últimas décadas em resposta à interferência neocolonial do Ocidente.

A intervenção soviética no Afeganistão (1979-1989) e as duas Guerras do Golfo (1990-1991 e 2003) foram intervenções imprudentes que alimentaram o ressentimento do povo do Oriente Médio, incentivando o surgimento gradual de um islamismo radical e político que não tinha mais nenhuma base religiosa real. O resultado foi um desenvolvimento fundamentalista considerável, com o Talibã no Afe-

ganistão, o Estado Islâmico (Daesh) na Síria e no Iraque, e suas ramificações se espalhando mais longe no Afeganistão e na África. Em diferentes países, redes adormecidas foram e continuam sendo uma ameaça constante, à espreita de novos atos maléficos, como os que já sofremos na Europa e em outras partes do mundo: Charlie Hebdo, o Bataclan (2015), as Ramblas em Barcelona, Moscou em 22 de março de 2024 — e não se pode listar todos, pois a lista seria muito longa.

Nesses exemplos de terrorismo violento e cego, o sentimento religioso serve sobretudo de pretexto para fins destrutivos, sem qualquer projeto político, a não ser o de semear a morte. E se o objetivo declarado é converter as pessoas à xaria (ou sharia), trata-se, antes de tudo, de afirmar a supremacia do terror — com, às vezes, até lutas internas, como no caso da oposição entre os talibãs e o Estado Islâmico no Afeganistão, onde duas facções islâmicas se enfrentam.

Qual é o papel da crença em tais situações? Podemos ver que a parte metafísica ou espiritual é praticamente inexistente. A ideia de fundo é que a metade masculina da população deveria dominar a outra metade, a feminina, submetendo-a à escravidão — como ocorre em certas teocracias, onde a vida das

mulheres se tornou insuportável e onde, além disso, a economia é regida por máfias e corrupção.

Não se pode, no entanto, concluir que essa situação seja resultado de uma impregnação religiosa — isso seria um atalho equivocado, pois o Islã clássico e tradicional não é uma espiritualidade do vazio, muito pelo contrário. Como em qualquer religião, ali se encontram valores positivos: o bem, a justiça, o compartilhamento e a paz. O problema, porém, é que — como em toda religião — as ambições humanas acabam prevalecendo e se aproveitam das crenças, distorcendo-as a serviço de seus próprios interesses, a fim de instaurar poderes autoritários que não são o reflexo de uma espiritualidade, mas sim o reflexo da alma humana em seu aspecto mais vil.

Portanto, precisamos nos afastar da ideia bastante difundida de que as religiões são a fonte de muitos dos distúrbios da Terra, sempre gerando o pior, como se fossem simplesmente "guerras religiosas". Na realidade, não precisamos ir muito longe para encontrar as razões por trás dos conflitos; basta olhar para a natureza humana. E para ilustrar esse ponto de vista, lembremo-nos de que também existem horrores cometidos independentemente de qualquer influência religiosa. Quando o stalinismo

reinava sobre a União Soviética, tratava-se de um país filosoficamente ateu, onde a prática religiosa havia sido proibida. E, no entanto, ali como em outros lugares, foram cometidos os piores crimes — não mais em nome de uma supremacia religiosa, mas em nome de um sistema que pretendia melhorar a condição humana, mas que acabou se tornando um regime autocrático a serviço da ditadura de um só.

De outra forma, o nazismo não correspondia a nenhuma espiritualidade, mas apenas a diversos tipos de ostracismo: antissemitismo, perseguição aos ciganos, aos homossexuais, aos comunistas; aplicação do eugenismo, etc. O que havia de religioso nisso tudo? Absolutamente nada…

Portanto, todos esses sistemas em que o tirano se toma por Deus são extraídos do nada e prometem o nada. E isso ainda é visível hoje, com ou sem fachada religiosa. E no caso de todos esses movimentos terroristas atuais que se valem de crenças religiosas deturpadas, o impacto é verdadeiramente nefasto, pois fiéis até então perfeitamente tradicionais correm o risco de escorregar eles próprios para uma certa forma de fundamentalismo. Vimos como a propaganda do Daesh conseguiu atrair os jovens franceses para uma cegueira sem sentido baseada em crenças simplistas e promessas de maravilhas futuras.

Daesh é um termo em árabe que se refere ao grupo terrorista Estado Islâmico (EI), também conhecido como ISIS ou ISIL. O termo é uma sigla formada pelas iniciais da expressão árabe "al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa'al Sham" e é usado para evitar a referência ao grupo como "Estado Islâmico". Além disso, "Daesh" soa parecido com a palavra árabe "Dahes", que significa "aquele que semeia a discórdia.

Vimos acima duas formas de violência: a violência sobretudo verbal e propagandística dos Evangélicos nos Estados Unidos, e a violência terrorista de grupos islâmicos no Oriente Médio. No primeiro caso, embora a democracia seja desestabilizada, ela ainda permanece. No segundo caso, as forças em questão se baseiam no aniquilamento do inimigo em prol de um poder teocrático.

O PONTO DE VISTA ESPÍRITA

Se, como espíritas, somos levados a estudar e comentar essas questões, é porque consideramos intolerável apoiar ações criminosas perpetradas em nome da espiritualidade.

Essas espiritualidades — sejam elas o legado de Moisés, de Jesus, de Maomé ou de Buda — são, por definição, portadoras de fraternidade e de paz. E, no

entanto, ao longo de toda a história, elas serviram de pretexto para guerras fratricidas. Isso nos mostra claramente que o ser humano, por natureza e em sua inferioridade, ainda se encontra nesses estágios primários de dominação, orgulho, cobiça e ingerência, num sentimento que se assemelha mais ao vazio do que a uma verdadeira busca por evolução. Na realidade, a humanidade está buscando a si mesma, tomando caminhos secundários que raramente são os corretos, presa em seus instintos mais básicos, seus desejos, seus ciúmes, em um egoísmo onipresente que pode se tornar a força motriz da violência.

E, no entanto, os profetas mencionados acima e outros que deveriam ser referência, pregaram a compreensão, o perdão e o amor ao próximo. E em nome deles, tudo se tornou possível — o melhor, mas sobretudo o pior — para seres humanos que deturparam suas mensagens, apenas para nelas encontrar pretextos que alimentassem seus próprios conflitos.

Diante de todos esses flagelos de outra época, mas que invadiram a nossa atualidade, nossa filosofia espírita é uma verdadeira bússola que poderia ajudar certos seres humanos a reencontrar o caminho da espiritualidade. É verdade que o caminho é estreito para abrir passagem entre as religiões e outras

formas de espiritualidade, pois, diferente de todas as outras, a espiritualidade espírita ainda levanta tabus ancestrais — em particular, o tabu da morte.

Já não estamos mais presos aos infernos e paraísos imaginários criados pelas castas religiosas de diversas tradições; agora, vivemos a realidade de uma comunicação com o além, que nos transmite ensinamentos diretamente das almas que habitam o outro plano. Allan Kardec foi seu intérprete e se tornou seu fundador e codificador por meio de suas obras, que tiveram um impacto extraordinário em sua época e que ainda hoje são a base do espiritismo, onde quer que ele seja reivindicado e ensinado. Certamente, a influência do espiritismo ainda é modesta em comparação com a das religiões, sejam elas institucionalizadas ou desviadas.

No que diz respeito aos movimentos religiosos integristas, só podemos constatar seu crescimento contínuo nas últimas três ou quatro décadas. Podemos compreender todas as suas implicações e interconexões tanto culturais quanto políticas, especialmente em regiões instáveis onde a democracia ainda é um conceito pouco conhecido (Próximo e Médio Oriente). Entretanto, quando se trata de sociedades democráticas contaminadas pelo inte-

grismo pseudoprotestante, como foi o caso dos Estados Unidos e do Brasil, temos nossas dúvidas sobre esse tipo de regressão espiritual e política.

Evidentemente, o espiritismo não está destinado a se tornar o apoio de tal ou qual força política. Mas, ao menos, pode denunciar aquilo que contradiz de forma flagrante a justiça, a liberdade e todos os valores morais que defende. E para os espíritas que também se reivindicam da mensagem cristã, verão que seus valores de referência estão sendo desrespeitados por esses cristãos chamados Evangélicos ou Pentecostais, ao menos por aqueles que se dizem seguidores dos falsos valores mencionados acima.

Estamos em uma época bem diferente daquela de nossos predecessores. Em outros tempos, os espíritas eram confrontados com as religiões instituídas, em particular a religião católica. Lembremo-nos do auto de fé de Barcelona. Hoje, essa religião católica já não está mais em oposição ao espiritismo (ver capítulo anterior – Padre Concetti). São então as novas formas de religiões derivadas que apresentam problemas talvez ainda mais graves do que os da antiga religião católica na época de Allan Kardec. O protestantismo clássico se diversificou em várias das chamadas seitas pseudoprotestantes (metodistas,

batistas, pentecostais etc.), que se tornaram novas religiões, principalmente nos Estados Unidos. Algumas dessas seitas permaneceram dentro do classicismo protestante, enquanto outras se desviaram para um biblicismo assertivo, acreditando que as Escrituras devem ser tomadas literalmente sem dar a elas o menor significado simbólico, com imagens a serem reinterpretadas.

6 SOBRE AS VERDADES REVELADAS

A noção de revelação faz parte do vocabulário religioso, indicando que um profeta em um determinado período veio para expressar uma mensagem de origem divina. A maioria das religiões se baseia nessa ideia de revelação, especialmente o judaico-cristianismo.

Allan Kardec, em sua época, ainda que se posicionasse fora do campo religioso, qualificou o espiritismo como a terceira revelação, como um prolongamento da tradição judaico-cristã. Nesse esquema, Moisés representa a primeira revelação, tendo recebido "sob o ditado de Deus" o decálogo — ou os dez mandamentos — e todo um conjunto de leis religiosas, sociais e alimentares. A segunda revelação corresponde à vida de Jesus, que veio

dar continuidade e esclarecer os ensinamentos de Moisés, enfatizando a lei fundamental do amor ao próximo. E a terceira revelação vem na sequência da de Jesus, explicando aquilo que ainda permanecia velado em seu ensinamento, como o significado das aparições, das curas e de outros fenômenos, bem como o conceito de reencarnação. Por exemplo, a ressurreição de Jesus, que é o fundamento primário do cristianismo, tornou-se o fenômeno da aparição tangível do espírito após a morte, de acordo com a explicação espiritualista, o que desmistifica totalmente a noção de milagre nessa circunstância, que não pertence apenas ao caráter de Jesus.

Essa noção de terceira revelação passou a gerar algumas controvérsias a partir do momento em que a sociedade se tornou cada vez mais globalizada. Na época em que o Ocidente cristão dominava o mundo, por meio da colonização e da consequente evangelização, havia uma espécie de supremacia espiritual representada pela cristandade em muitas regiões no mundo. Em seguida, com a descolonização, muitas culturas voltaram a enfatizar suas tradições religiosas ou espirituais que, no entanto, sempre permaneceram muito presentes. Esse foi o caso das principais religiões, como o islamismo, o hinduísmo e o budismo, que

expressaram sua identidade e cultura em muitos países, muitas vezes na forma de teocracias, como vimos nos capítulos anteriores.

E nesse ponto, observa-se que as escolas orientais, embora já defendessem há muito tempo o princípio da reencarnação, não foram integradas à linha de continuidade que leva à revelação espírita. Por essa razão, pessoas oriundas de outras tradições religiosas por vezes manifestam surpresa ao perceber que apenas a herança judaico-cristã foi considerada como prelúdio à revelação de um além capaz de transmitir as verdades do mundo espiritual. Assim, o conceito de "terceira revelação" pode parecer, para alguns pertencentes a outras culturas, algo excludente ou até desrespeitoso, mesmo quando demonstram sincero interesse pelo espiritismo.

Dito isso, os espíritas, do passado e do presente, sempre encontraram princípios universais em todos os fenômenos religiosos, princípios que se baseiam em intuições fundamentais na história da humanidade: a intuição de Deus, a sobrevivência dos espíritos, a reencarnação e outros conceitos.

No final das contas, o ponto essencial é que, por não ser uma religião, o espiritismo pode se integrar e se desenvolver em todas as regiões do mundo,

considerando que, em todas as culturas, as intuições fundamentais apresentam notáveis semelhanças. De todo modo, o avanço futuro do espiritismo no mundo exigirá inevitavelmente o abandono de todos os dogmas inerentes às religiões instituídas.

VOCÊ SABIA?

No seu livro ****A Gênese**, Allan Kardec intitulou o primeiro capítulo como "Caráter da Revelação Espírita". Repleto de reflexões sobre o conceito de revelação, esse capítulo traz, entre muitas outras, a seguinte observação marcante:**

« Os Espíritos não ensinam outra moral senão a do Cristo, pela razão de que não há melhor… Poder-se-ia dizer o mesmo da moral ensinada quinhentos anos antes dele por Sócrates e Platão, e isso em termos quase idênticos; e também de todos os moralistas que repetem a mesma coisa em todos os tons e sob todas as formas. Pois bem! Os Espíritos vêm simplesmente aumentar o número dos moralistas…

O que o ensinamento dos Espíritos acrescenta à moral do Cristo é o conhecimento dos princípios que ligam os mortos aos vivos, que completam as noções vagas que ele havia dado da alma, de seu passado e de seu futuro…** »

Na história do espiritismo, há um episódio sobre revelações que é pouco conhecido na França e merece ser contado.

Trata-se de uma revelação divergente e dissidente daquela de Allan Kardec, com conotação católica, que havia gerado certa confusão, na época do espiritismo nascente, ao retomar noções místicas e religiosas. Essa concepção desapareceu na França, mas marcou de forma duradoura a história do espiritismo brasileiro sob o nome de roustainguismo, em referência a um contemporâneo de Allan Kardec, o espírita Jean-Baptiste Roustaing.

J.-B. ROUSTAING (1806-1879), nascido em Bègles – na região de Nouvelle-Aquitaine, no sul da França – foi advogado na corte de Bordeaux e, à sua maneira, participou do nascimento do espiritismo. Responsável por um grupo espírita de Bordeaux que surgiu na efervescência do movimento kardecista dos anos 1860, Roustaing desenvolveu sua própria teoria, como se fosse para complementar a de Allan Kardec, mas, na realidade, entrou em total oposição com os princípios laboriosamente elaborados pelo fundador do espiritismo. A história diz que Roustaing e Kardec trocaram algumas correspondências, mas que a amizade entre eles não foi além disso.

Roustaing formulou sua teoria a partir de mensagens obtidas da médium Émilie Collignon e publicou os ditados de vários Espíritos sob o título *Os Quatro Evangelhos ou Revelação da Revelação*. Essa obra se caracteriza por importantes contradições com os princípios do espiritismo. Allan Kardec fez algumas críticas a esses escritos, o que acabou desagradando profundamente o advogado Roustaing e seus discípulos.

Os Espíritos que teriam ditado Os Quatro Evangelhos eram os quatro evangelistas, assistidos pelos apóstolos e pelo profeta Moisés. Além da identidade dos personagens, foi sobretudo o conteúdo das mensagens que pareceu suspeito em uma Revelação das revelações que, subitamente, revelava princípios contrários aos do *Livro dos Espíritos*, colocando em xeque a maior parte das conquistas do espiritismo recém-definido. Allan Kardec, que acabara de dar vida ao espiritismo naquilo que chamou de terceira revelação, se viu assim confrontado com uma dissidência vinda desse grupo de Bordeaux, que trazia novas revelações de caráter pseudo-católico.

Essas novas revelações tiveram pouco eco nos círculos espiritualistas franceses e os livros de Jean-Baptiste Roustaing não entraram para a história na França, mas tiveram certo sucesso no Brasil. Quando

os primeiros grupos brasileiros foram formados no século XIX, alguns deles já possuíam as obras de J. B. Roustaing.

De fonte brasileira, fica-se sabendo o seguinte: em uma sessão de 1889 da "Sociedade Espírita Fraternidade", no Rio de Janeiro, o médium Frederico Pereira da Silva recebeu uma mensagem assinada por Allan Kardec, dizendo que um Espírito chamado Ismael guiaria o movimento espírita brasileiro. Parece que, já nessa época, através desse nome de conotação bíblica, essa mensagem sofreu a influência da visão roustainguista — influência que então entrou em contradição com a de Allan Kardec. Foi assim que se criaram distorções no espiritismo brasileiro nascente, onde a metodologia de Allan Kardec e alguns de seus princípios foram um tanto alterados.

Encontramos esse tipo de sincretismo que liga estranhamente Roustaing e Kardec em um dos grandes nomes do espiritismo brasileiro: Bezerra de Menezes (1831–1900). Parece, assim, que a Federação Espírita Brasileira (FEB) foi, desde a origem, marcada pela introdução das teses de Jean-Baptiste Roustaing — e ainda o é, ao menos parcialmente, até hoje. Esse é, pelo menos, o eco que podemos ouvir de outros espíritas brasileiros que, por sua vez, se identificam unicamente com o kardecismo.

UMA TEORIA PSEUDOCATÓLICA

Os livros de Roustaing são uma mistura de alguns conceitos autênticos com teses próximas ao catolicismo.

Os quatro novos evangelhos estão na origem de uma confusão em torno da personalidade de Jesus e da natureza de seu ser. Jesus, encarnação de Deus segundo a Igreja Católica, retoma uma natureza algo semelhante segundo os adeptos de Roustaing: um espírito sem pecado que teria evoluído "em linha reta", em um percurso diferente do dos outros espíritos — um espírito cuja pureza seria tal que sua encarnação na Terra teria sido fictícia.

De acordo com os quatro novos Evangelhos, Maria recuperou a virgindade tão cara à Igreja Católica. Os espiritualistas roustainguistas criaram um Jesus com um corpo fluido, que não estava encarnado. Ele simplesmente teria se mostrado na forma de uma aparição mais ou menos tangível, cumprindo sua missão por meio de uma aparência fluídica, porém visível.

É a pureza de um ser excepcional, diferente dos demais espíritos, que é destacada nessa tese, que inclusive vai além da concepção católica no ponto seguinte: Maria, além de sua lendária virgindade

(reafirmada por Roustaing), nem precisaria ter maculado a pureza de Jesus, pois não o deu à luz, já que ele era apenas fluido. O Jesus divinizado da Igreja transformou-se no Jesus sem pecado, segundo Roustaing, que, de acordo com seus escritos, jamais se encarnou. Assim como na Igreja a carne é símbolo do pecado, os quatro novos evangelhos acentuam ainda mais essa noção, indo além da concepção virginal segundo a Igreja, ao afirmar que não houve concepção alguma, pois não houve encarnação.

Segundo Roustaing, Jesus jamais teria conhecido o mal e nunca teria passado pelos caminhos da ignorância em encarnações anteriores e distantes. Aqui, mais uma vez, divinizou-se Jesus ou, ao menos, apresentou-se como um ser à parte na criação.

Essa teoria pseudorreligiosa foi, no entanto, qualificada como espírita, mesmo que Allan Kardec tenha se empenhado em restituir ao personagem de Jesus sua dimensão de homem missionado, que se encarnou de forma natural, sem contradizer as leis da natureza. Ele explicou os milagres à luz dos fenômenos da mediunidade e do magnetismo, apresentando Jesus não mais como um ser divino, mas como um espírito reencarnado, particularmente evoluído, missionado junto aos homens para transmitir a mensagem divina de amor e de liberdade.

Sobre esse assunto, citemos Jon Aizpurua (Venezuela), que escreveu o seguinte:

Jon Aizpurua

> *"Além da tese do corpo fluídico de Jesus, encontramos nesses Evangelhos muitas afirmações extravagantes em que conceitos espíritas são misturados com dogmas católicos, que foram fortemente combatidos por Allan Kardec e pelos pensadores espíritas que o seguiram."*

O espírita brasileiro Bezerra de Menezes, de tradição católica, adotou rapidamente o misticismo de Ismael (já mencionado). Foi uma mistura de Kardec e Roustaing, com Kardec reinterpretado à luz dos quatro evangelhos de Roustaing. Encontrando nos brasileiros profundas raízes católicas, esse pensamento híbrido não teve dificuldade em se impor como uma espécie de catolicismo espírita. Chegou-se até, em tom de escárnio, a cunhar o neologismo "espiritólico".

O CORPO FLUIDO DE JESUS

Em "*Revelação da revelação*", de Jean-Baptiste Roustaing, afirma-se textualmente que Jesus não tinha um corpo carnal e, portanto, não experimentou o sofrimento.

Allan Kardec aborda essa questão em seu livro "*A Gênese segundo o espiritismo*" (Cap. XV, desaparecimento do corpo de Jesus) nos seguintes termos:

> *"(...) Jesus não teria revestido um corpo carnal, mas apenas um corpo fluídico; ele teria sido, durante toda a sua vida, apenas uma aparição tangível, em uma palavra, uma espécie de agênere. Seu nascimento, sua morte e todos os atos materiais de sua vida não teriam passado de uma aparência. É assim, dizem, que seu corpo, tendo retornado ao estado fluídico, pôde desaparecer do sepulcro, e foi com esse mesmo corpo que ele teria se mostrado após a morte. Sem dúvida, um fato assim não é radicalmente impossível, segundo o que se sabe hoje sobre as propriedades dos fluidos; mas seria, no mínimo, algo totalmente excepcional e em oposição formal ao caráter dos agêneres (...)"*

Desde o nascimento de Jesus até sua morte, tudo em suas ações, em sua linguagem e nas várias circunstâncias de sua vida apresenta as características inequívocas da corporeidade. Os fenômenos de ordem psíquica que nele ocorrem são ocasionais e de modo algum anormais, pois podem ser explicados pelas propriedades do perispírito e são encontrados em graus variados em outros indivíduos. Após sua morte, ao contrário, tudo nele revela o ser fluídico na aparência de seu Espírito.

Com relação à tese de um Jesus fluídico, ou seja, não encarnado, um Espírito que não tem corpo material não pode experimentar os sofrimentos decorrentes da alteração da matéria, donde se conclui que, se Jesus sofreu materialmente, como não se pode duvidar, é porque tinha um corpo material de natureza semelhante à dos demais humanos.

Se Jesus tivesse sido, durante toda a sua vida, um ser fluídico, ele não teria sentido dor; todos os atos de sua vida, o anúncio reiterado de sua morte, a cena dolorosa no jardim das oliveiras, sua paixão, sua agonia, até suas últimas palavras na cruz no momento de expirar, teriam sido meros simulacros, dando uma ideia falsa de sua verdadeira natureza ao fazer crer em um sacrifício ilusório de sua vida. Isso teria sido uma farsa indigna, pela qual ele teria abusado da boa-fé de seus contemporâneos.

A tese de Roustaing, por meio das mensagens da médium Émilie Collignon, não era, de fato, uma novidade, pois pode ser encontrada em todos os pontos nas seitas dos "Docetas" e dos "Apolinaristas", que difundiram essas crenças durante os primeiros séculos da era cristã. No século IV, Apolinário de Laodiceia afirmava que Jesus teria tido um corpo *impassível* descido do céu, sem ter nascido, que não teria sofrido e que teria morrido apenas em *aparência.*

Também podemos nos perguntar se Roustaing e, acima de tudo, seu médium não teriam integrado esse conhecimento por meio da leitura de textos antigos, mesmo antes de embarcar no caminho da experiência espiritualista, o que teria influenciado as mensagens recebidas, como se vê com frequência na pseudomediunidade, que apenas revela o pensamento e as convicções preconcebidas dos experimentadores, também conhecida como animismo.

VOCÊ SABIA?

A agenesia é a ausência de formação de um órgão durante o desenvolvimento embrionário (do grego *genesis*: formação).

Segundo *A Gênese* de Allan Kardec (cap. XIV, nº 36), os agêneres são aparições tangíveis de espíritos, fugazes ou momentâneas, que possuem "*em seu comportamento, algo de estranho e inusitado… seu olhar, vaporoso e penetrante ao mesmo tempo, não tem a nitidez do olhar pelos olhos da carne; sua linguagem, breve, não possui o brilho nem a fluência da linguagem humana…*"

Trata-se, na realidade, de aparições produzidas por espíritos que conseguem densificar seu perispírito a ponto de torná-lo visível, seja sob uma forma vaporosa, seja sob uma forma mais tangível.

7 EXISTE FUNDAMENTALISMO NO MOVIMENTO ESPÍRITA?

Falamos em integrismo quando as ideias conservadoras têm consequências para as linhas de conduta a serem observadas, principalmente em termos de exigências da sociedade, que, se não forem respeitadas, podem levar a sérias represálias. Estamos tratando aqui de governos teocráticos, ou seja, aqueles guiados por princípios religiosos.

Até hoje, o espiritismo nunca esteve em posição de influenciar qualquer governo, ao contrário do que ocorreu com os católicos e do que ainda ocorre com os evangélicos americanos, que influenciaram amplamente resultados eleitorais, assim como os debates sobre questões sociais como a adoção, a interrupção voluntária da gravidez, a procriação assistida, entre outros.

No entanto, ao observar o voto individual dos espíritas brasileiros nas eleições, nota-se uma nítida influência do espiritismo conservador mencionado anteriormente. Assim, impulsionados por princípios dogmáticos, e até mesmo integristas, há espíritas que descobrem, de forma bastante natural, uma afinidade com as ideias de movimentos de extrema-direita. Nas eleições de 2018, muitos espíritas brasileiros, quando questionados sobre suas preferências políticas, afirmaram ter votado em Jair Bolsonaro, demonstrando essa proximidade. É dessa forma que as ideias dogmáticas podem ser combinadas com as visões fundamentalistas da extrema direita, o que é extremamente prejudicial para todo o movimento espírita, no Brasil ou em qualquer outro lugar, na medida em que importantes e conhecidos líderes espíritas têm demonstrado afinidade com Jair Bolsonaro. Isso contradiz formalmente todos os princípios humanistas do espiritismo.

Assim, pode existir uma forma de fundamentalismo dentro do espiritismo, quando suas ideias são deturpadas. Eis um exemplo entre tantos outros: alguns espíritas afirmam que Allan Kardec teria condenado a homossexualidade, mas na realidade não se encontra em nenhuma parte de sua obra tal afirmação, simplesmente porque esse tema não

estava em pauta em sua época. E quanto às demais questões sociais, foi necessário levar em conta a evolução das ciências e das sociedades, reavaliando uma a uma cada problemática de forma atualizada — algo que os espíritas dogmáticos não aceitaram.

Vemos, então, que as representações mais conservadoras da escola espírita estão presas a um dogmatismo de natureza fundamentalista, o que tem levado muitos espíritas a votar em consonância com os fundamentalismos da extrema direita. Se essa era uma realidade entre os pentecostais nos Estados Unidos, por razões religiosas fundamentalistas, é chocante ver o mesmo acontecendo entre alguns espíritas.

Isso nos mostra, mais uma vez, que há duas tendências no movimento, um espiritismo laico de livre pensamento e um espiritismo de inspiração religiosa que, em nível social e político, poderia se desviar, longe do humanismo, da emancipação e da justiça, princípios que, no entanto, são inerentes aos próprios fundamentos da filosofia espírita.

A reivindicação do termo religião corresponde, na realidade, à expressão de uma certa radicalidade em relação às ideias que são formuladas e que recriaram dogmas. E é aí que é preciso parar para refletir sobre as definições: no espiritismo, os dogmas não existem como postulados, como ocorre no catolicismo.

Podemos citar os dogmas da Imaculada Conceição, da virgindade de Maria e da Santíssima Trindade, que fazem de Jesus uma encarnação de Deus. Também podemos citar a ressurreição de Jesus no terceiro dia como um milagre que desafia as leis da natureza. E depois dessa primeira ressurreição na presença das "mulheres", houve sucessivas aparições aos apóstolos e aos discípulos de Emaús, fenômenos que podem ser explicados por sua semelhança com as experiências dos espiritualistas. Todos esses dogmas estão frequentemente ligados à noção de milagres. Também vemos isso no evento da Ascensão. A ressurreição foi entendida como o retorno físico de Jesus, ressuscitado "em carne e osso", convidando os discípulos a tocar em suas feridas. E depois de ter dito aos apóstolos sobre a missão deles de ir e pregar a boa palavra, ele lhes disse que estava partindo para desaparecer definitivamente quando ascendesse ao céu.

À luz dos fatos espíritas, a explicação é simples: o perispírito de Jesus, momentaneamente materializado, poderia ser tocado para constatar sua tangibilidade física. Esse é o famoso episódio da dúvida de Tomé. E depois, a Ascensão ainda faz referência à aparição de Jesus, tangível ou vaporosa, que desaparece ao se elevar pelos ares para sumir.

O mesmo se aplica a outros episódios e milagres, que são explicados por Allan Kardec, notadamente em "*A Gênese*" e "*O Evangelho segundo o Espiritismo*".

O nascimento de todos os dogmas cristãos está aí. O espiritismo experimental e os estudos metapsíquicos permitem explicar tudo sem recorrer à noção de milagre. Assim, tudo pode se tornar um fenômeno natural, um fenômeno que ultrapassa as leis comumente aceitas da física, mas por meio de novas leis que envolvem o espírito e o perispírito, conseguimos a explicação de uma nova racionalidade que poderíamos qualificar de fisico-espiritual.

VOCÊ SABIA?

Os fenômenos de ectoplasmia foram realizados experimentalmente ao redor de médiuns como Florence Cook, Élisabeth d'Espérance, William Eglinton, Kluski e muitos outros, na presença de cientistas que conduziam as sessões. Esses fenômenos físicos produzidos resultavam da possibilidade dada aos Espíritos de densificar seu perispírito ao ponto de torná-lo visível e palpável. Esses fenômenos também podem ocorrer espontaneamente, sem que se esteja em um ambiente experimental; foi o que aconteceu com a figura de Jesus, explicando o que se chamou de ressurreição e todas as manifestações fluidas e tangíveis que se seguiram.

ESPÍRITAS NA SOCIEDADE

É importante lembrar que, se os espíritas progressistas estão comprometidos com a laicidade, eles também são cidadãos que provavelmente estarão envolvidos na sociedade. Eles podem ter um lugar nos comitês consultivos de ética da mesma forma que outros representantes da sociedade civil.

Em outro nível, vimos, especialmente no Brasil, programas de alfabetização escolar e pós-escolar, clínicas médicas e organizações beneficentes, voluntárias e de apoio que estão lá para compensar as deficiências das instituições governamentais.

Certamente, pode-se pensar que o ideal seria uma total responsabilidade dos Estados para tudo o que diz respeito ao serviço público. Mas sabemos, por outro lado, que, inclusive nos países mais desenvolvidos, as organizações de caridade ainda são necessárias, e até cada vez mais indispensáveis, diante das falhas por parte dos governos e das administrações. Na França, por exemplo, há o Secours Populaire, o Secours Catholique, o Restos du Coeur, o Emmaüs e alguns outros. Assim, nos chamados países emergentes, fica claro que as estruturas sociais ainda são insuficiences, atenuadas por organizações não governamentais, como é o

caso do Brasil. E, é claro, as organizações espíritas fazem uma grande contribuição para o fornecimento de educação e assistência médica, por razões humanísticas e humanitárias.

Esse estado de coisas certamente não é ideal, pois demonstra a inadequação das estruturas do Estado, uma vez que tudo o que se enquadra na categoria de serviço público deve ser necessariamente de responsabilidade das autoridades públicas.

8 A SUPERAÇÃO DAS RELIGIÕES

FENÔMENOS CULTURAIS

Toda religião está integrada a uma cultura, a menos que tenha ela mesma moldado essa cultura. Nesse aspecto, pode-se observar disparidades de acordo com as regiões: não se é muçulmano da mesma forma na Indonésia, no Oriente Médio ou no Magrebe. Pode-se ser budista no Japão, no Tibete, no Nepal ou no Sudeste Asiático, de formas diferentes. Pode-se ser cristão, seja católico, protestante ou ortodoxo, com variações importantes dependendo das civilizações que acolheram essas tradições cristãs.

E, no entanto, todas essas religiões, embora representem fenômenos culturais, também correspondem a uma busca de significado em um

mundo que procura desvendar o mistério de sua própria existência. Mas, por um natural desejo de se apegar a convicções, foram declaradas aqui e ali verdades universais que, na realidade, não são nada mais do que as certezas provisórias daqueles que as emitem. Isso é particularmente evidente em todos os integrismos religiosos que mencionamos anteriormente. E é aí que a busca por sentido se transformou, tornando-se a expressão de defeitos muito humanos, como o orgulho, a dominação e o poder sobre os outros. Foi assim que nasceram as diversas seitas, e também foi isso que levou religiões tradicionais a gerar movimentos integristas que defendem restrições que se pretendem morais, mas que, na realidade, se revelam inconciliáveis com os simples princípios da razão e do amor.

Foi misturando gêneros que chegamos a este ponto: as religiões sempre estiveram mais ou menos envolvidas em uma ordem social e na vida da cidade como forças políticas. Elas foram, e ainda são, instrumentos de poder. Somente a laicidade, que teve início na França, mostrou um caminho diferente e salutar para a democracia. Outros países, embora não sejam oficialmente laicos, de fato seguiram esse caminho, relegando a religião ao seu devido lugar, o de lidar com as principais questões metafísicas.

No entanto, ainda estamos muito longe da meta quando consideramos todos os Estados que são administrados de acordo com preceitos religiosos, Estados que não estão familiarizados com o conceito da laicidade e cujas populações não têm ideia de como seria ter um poder político desvinculado da religião.

Nos países mais desenvolvidos, houve um certo afastamento das influências religiosas na administração da sociedade, embora no Ocidente ainda exista um fundo cultural cristão impregnado nas mentalidades. Embora se tenha introduzido a laicidade, e com razão, ainda assim a espiritualidade pode ter sua função na sociedade, desde que seja uma espiritualidade aberta, que aceite os avanços da ciência e que se situe em um plano de reflexão filosófica.

É com base nisso que as religiões podem encontrar seu lugar na sociedade moderna: por exemplo, temos visto católicos lutando pela liberdade em certos países, budistas resistindo pela autonomia do Tibete e assim por diante.

ROMPER COM O CONDICIONAMENTO CULTURAL

A religião é um meio que parece indispensável para expressar um sentimento, uma necessidade

de crer, talvez uma necessidade de transcendência. Mas é, sobretudo, um fenômeno cultural que se desenvolveu no medo e no reprimido: se não se obedece a certos preceitos, expõe-se a uma justiça divina... Esse medo de uma eternidade incerta, em que não sabemos o que nos espera, ainda está muito presente no inconsciente coletivo, e é de fato o inconsciente que está em jogo quando abordamos o tema da morte, diante de mentalidades que ainda reagem instintivamente de acordo com tabus religiosos, sem nem mesmo perceber.

Nas civilizações tradicionais (na África, por exemplo), a morte não é tão reprimida, ao contrário de nossas religiões ocidentais estabelecidas, em que a morte não deve ser tocada e muito menos deve ser feita qualquer tentativa de desvendar seu mistério, pois isso poderia incorrer na ira de Deus... ou do Diabo...

Graças ao advento do espiritismo com Allan Kardec no século XIX, finalmente se conseguiu retirar a morte de seu mistério, em uma busca que se tornava ao mesmo tempo filosófica e científica. As resistências religiosas foram, sem dúvida, muito fortes, assim como as resistências científicas, que ainda persistem. Mas, ao menos, uma janela se abriu para esse mundo proibido que revelava seus

segredos. Na continuidade do humanismo do século das Luzes, transgrediu-se os tabus com as teorias da evolução (Jean-Baptiste Lamarck, Charles Darwin e Alfred Russel Wallace) e depois com o espiritismo de Allan Kardec. Um século e meio depois, às vezes se tem a impressão de que não avançamos muito, ainda nos situando em uma ilha de resistência. E, no entanto, nosso papel é, de fato, resistir aos condicionamentos culturais, se quisermos abrir espaço para a reflexão filosófica e dar um sentido às nossas sociedades modernas. E esse sentido só poderá ser encontrado por meio de uma dinâmica do espírito, em um novo caminho onde a espiritualidade possa ter sua função ao promover os valores universais do amor, da justiça, da liberdade e da emancipação do ser humano reencarnado.

E esse sentido é ainda mais provável de ser encontrado se for apoiado por uma metafísica do progresso, de vidas sucessivas e evolução em um universo infinito e divino.

Através da comunicação pós-morte, descobrimos a verdadeira motivação de nossas vidas, e não seria isso capaz de mudar fundamentalmente a visão desencantada do ser humano que não sabe para onde está indo? Poderíamos sair tanto do religioso quanto do materialismo, em uma perspectiva inédita

que colocaria a vida do espírito reencarnado no centro de tudo, recuperando os valores universais dos filósofos para uma emancipação justa da humanidade. O condicionamento cultural do passado se tornaria obsoleto, e poderíamos construir novos modelos de vida em sociedade que não seriam mais a reprodução de padrões antigos.

Uma sociedade cuja ética se baseasse nos princípios do espírito, de suas faculdades e de sua reencarnação evolutiva seria obviamente um programa utópico no estado atual do mundo. Mas se olharmos para o futuro, a utopia de hoje pode se tornar o modelo de amanhã.

Não diremos mais como um de nossos precursores, Henri Regnault (1873-1955), "Somente o espiritismo pode renovar o mundo", mas o espiritismo é um valor seguro que nenhuma moral poderá contradizer, pois ele vai na direção do progresso, sem alienação de qualquer tipo, e abrindo perspectivas que poderiam até se estender à ciência, à medicina, à arte e a muitos outros campos. Vamos, então, afirmar que o espiritismo, de forma mais modesta, pode contribuir para a transformação do mundo.

QUANDO O INTEGRISMO ACABARÁ?

Conforme mencionado acima, o condicionamento religioso e cultural é a raiz de muitos de nossos erros. Também vimos até que ponto os compromissos entre religião e política são um terreno fértil para o extremismo a serviço de regimes autoritários.

O mundo atual, sob esse ponto de vista, está na encruzilhada. A partir do momento em que os piores sistemas foram levados ao seu paroxismo, e essa é a situação atual de alguns países, não há outro caminho senão considerar a destituição dos ditadores que estão no poder há tempo demais. Os sistemas autoritários duram apenas um certo tempo, como o passado já nos mostrou várias vezes. Após longa resistência, após sofrimentos indescritíveis e a morte de combatentes que pagam o preço do sacrifício de suas vidas, há progresso e os povos são libertados. Depois de dez anos, vinte anos ou mais, vimos processos de paz surgirem, vimos nações emergirem do abismo em que estavam presas.

O início do século XXI certamente nos mostrou que o ressurgimento do integrismo religioso pode colocar em risco nações inteiras. Mas a resistência nunca foi extinta, o que dá à humanidade uma esperança infinita em uma luta sempre presente.

NOS ESQUECEMOS DA METADE DA HUMANIDADE

Os integrismos também chegam ao seu paroxismo e terão que ceder espaço, especialmente em um tema essencial que está mudando a face do mundo: a emancipação certa da metade da humanidade, ou seja, das mulheres que, em todo o mundo, estão liderando grandes resistências.

A mais ou menos curto prazo, a predominância masculina será amplamente questionada, especialmente no que diz respeito à violência e à dominação que ela exerce. Vale observar que, no tema dos integrismos e radicalismos, vemos predominantemente homens. Os integristas muçulmanos são homens, os integristas hinduístas e budistas são majoritariamente homens. Os radicalizados do evangelismo americano estão representados nos dois sexos, mas, ao observar mais de perto, percebe-se que algumas mulheres resistem internamente, mesmo fazendo parte do movimento.

A título de exemplo, durante uma manifestação contra a interrupção voluntária da gravidez, pôde-se constatar muito claramente que as falas públicas eram majoritariamente realizadas por homens. Algumas mulheres entrevistadas pelos jornalistas

presentes tentaram minimizar essa dominação masculina na expressão do movimento, e destacaram que elas próprias eram muito menos radicais do que seus maridos, por exemplo, no que diz respeito à proibição do aborto. Na realidade, muitas mulheres se calam ou não demonstram a mesma veemência que os homens quando falam em privado. Sua voz é silenciada antes mesmo que possam expressar sua opinião e, no entanto, é justamente da situação delas que se trata, pois são elas que carregam a vida, por vezes, sem tê-la desejado. Ser o instrumento da procriação pode ser algo maravilhoso ou, ao contrário, um fardo insuportável para a mulher em situação de sofrimento, que não desejou essa maternidade. E o cúmulo é que são os homens que dão sua opinião, que impõem seu ditame; eles, que não sofrerão nenhum dos inconvenientes, nem em sua carne, nem em seu espírito.

Seria muito mais sensato reunir colegiados compostos por mulheres para deliberar sobre esse assunto, inclusive mulheres evangélicas que, para algumas delas, nem sempre estão plenamente convencidas do que lhes é imposto. São elas as diretamente envolvidas, e todas as situações devem ser consideradas, sobretudo quando se trata de um

estupro, de uma gravidez não planejada, acidental, sofrida por uma adolescente ou ocorrida em um contexto familiar nocivo. Em resumo, para as pessoas que se dizem cristãs e, portanto, humanistas a priori, os homens desses círculos radicalizados deveriam pensar duas vezes sobre seus próprios atos. Na realidade, esses homens negam qualquer responsabilidade, sem dúvida acreditando que existe uma desigualdade natural entre homens e mulheres.

Esse apelo, evidentemente, trata apenas de uma parte da questão, já que também existe o aspecto moral e espírita relacionado à noção do espírito já encarnado. Mas isso é um outro tema, de natureza filosófica, e que exige um debate sereno, o qual, de toda forma, não será objeto de qualquer condenação de nossa parte. O tema, em sua dimensão filosófica, permanece independente da outra vertente: aquela das situações sociais ou sociológicas, dolorosas realidades vividas por mulheres ou jovens meninas em desespero, por não se sentirem em condições de assumir tal fardo. Os homens, por sua vez, muitas vezes se veem isentos de qualquer responsabilidade e impõem às mulheres o que sua moral considera correto, sem precisar, eles mesmos, arcar com qualquer consequência.

Sim, esse tema tem, de fato, seu lugar em um manifesto contra o integrismo. Trata-se de um fundamentalismo opressor para aquelas que se encontram sozinhas diante de uma obrigação moral da qual não têm o direito de se esquivar, segundo o que impõe uma religião.

E, para ser completo sobre essa questão, é preciso acrescentar que a radicalidade de várias igrejas evangélicas também impõe a proibição de qualquer forma de contracepção.

Em outras partes do mundo, são sobretudo os integrismos muçulmanos que predominam. Outros países, outros costumes, e, mais uma vez, é a mulher quem paga o preço de um machismo cultural tão profundo que pode levá-la a perder sua própria identidade. O problema é que estaríamos, nesse caso, diante de uma aplicação de exigências que estariam contidas em certas interpretações do Alcorão.

Parece mais que o cultural e o religioso se mesclaram, com o religioso servindo como justificativa para antigas tradições nas quais a mulher é vista como escrava do homem. Existe, novamente, uma noção de inferioridade indiscutível, pois é reconhecida e estabelecida pela tradição. "*Isso*

é assim porque sempre foi assim", e isso pode ser repetido indefinidamente, recusando-nos a aceitar de qualquer evolução dos princípios que foram inventados pela humanidade.

Entre as obrigações mais liberticidas estão a lei da Xaria (Sharia), a submissão e as punições e sentenças que podem chegar ao apedrejamento, uma forma de crueldade humana indigna.

CONCLUSÃO

O tema abordado aqui, o fundamentalismo, é particularmente preocupante nas sociedades contemporâneas. Ele está na origem de inúmeros conflitos religiosos e étnicos ao redor do mundo, sendo também o fermento de guerras horríveis como no Oriente Médio ou no Sudão — guerras territoriais, guerras fratricidas — em que lamentamos crimes contra a humanidade que se assemelham a verdadeiros genocídios. É certo que, no vocabulário usado pelo tribunal internacional, a palavra *genocídio* só é usada em casos muito específicos, mas seja qual for a palavra, essas realidades não podem ser ignoradas.

Diante desses flagelos, o humanismo buscará sempre superar tais horrores insustentáveis por meio de novas esperanças, que só poderão ser susten-

tadas por lutas intelectuais e sociais, com o objetivo de fazer recuar tudo aquilo que diz respeito aos fanatismos destruidores de vidas e coveiros dos mais altos princípios, defendidos pelos humanistas de todas as vertentes, entre os quais se incluem os verdadeiros espíritas.

A política mais nobre nessas circunstâncias é a da educação, com base no que discutimos no segundo capítulo, uma educação baseada na laicidade. Ao mesmo tempo, precisamos analisar o contexto político do integrismo, que é o de sistemas autoritários que usam a religião como forma de dominação e ditadura. O que é perfeitamente reversível, sobretudo considerando que alguns dos países afetados pelo fundamentalismo destrutivo conheceram tempos mais livres, mesmo que não fossem ideais.

A reversão dessas tendências continua sendo possível, abrindo caminho para o desaparecimento dos fundamentalismos, especialmente os de origem religiosa.

Existe um fator global que, de fato, bloqueia quase todas as possibilidades de avanço no plano político. Trata-se da ONU, cujo Conselho de Segurança tem cinco membros permanentes (China, Rússia, EUA, Reino Unido e França), e que só pode

tomar decisões por unanimidade. Isso significa que sempre há, pelo menos, um país que, usando seu direito de veto, bloqueia qualquer resolução com base em seus próprios interesses — sendo esse país, na maioria das vezes, os EUA, a Rússia ou a China.

Somente reformas funcionais tornariam eficientes certas decisões dentro dessa estrutura internacional. Além disso, mesmo quando as resoluções são aprovadas pela Assembleia Geral da ONU, os países envolvidos não as seguem. E, no que diz respeito às regras humanitárias, os beligerantes não se importam muito em aplicá-las, sendo capazes de se colocar em uma situação de crime de guerra, crime contra a humanidade ou limpeza étnica.

Dito isso, fora desse órgão internacional, estamos vendo novos horizontes surgirem, graças a lutas extremamente corajosas. Esse é o caso do Irã, onde uma grande resistência está sendo expressa tanto por homens quanto por mulheres, sob o terrível risco de tortura e prisão. É também o caso da Birmânia, onde grupos de mulheres criaram um verdadeiro exército clandestino de resistência contra a ditadura no poder.

E há também grupos ou pessoas que, no Afeganistão, através das mulheres educam e

instruem crianças secretamente dentro de suas casas, se expondo a severas punições quando são descobertas. E, nesse mesmo país, no vale do Panjshir, Ahmad Massoud, filho do comandante Massoud, retomou o legado da resistência guerrilheira. Desde a queda de Cabul em agosto de 2021, ele formou uma frente de resistência, convocando a luta contra o obscurantismo dos fanatismos islâmicos em seu país.

Portanto, a resistência é muito real e está presente sempre que possível. É daí que virão as verdadeiras soluções para a justiça e a emancipação dos povos.

Nós, espíritas, por nossa vez, podemos apoiar essas mudanças essenciais por meio de nossas palavras, nossos escritos e nossas ações militantes ao lado de outros movimentos humanistas. Isso está acontecendo aqui e ali, particularmente na França.

Neste estudo sobre os fundamentalismos, a primeira coisa a fazer foi justamente denunciar todas as realidades do integrismo religioso e medir todas as suas consequências. O fato de apontar um problema não significa resolvê-lo, mas já é colocá-lo em evidência para que se possa compreender todas as suas implicações.

Para nós, espíritas laicos e livre-pensadores, tratava-se mais uma vez de estabelecer claramente a distinção entre o espiritismo da emancipação humana e aquele que se enclausurou em princípios dogmáticos imutáveis — um espiritismo que se deformou com o tempo, tornando-se justamente o contrário dessa emancipação.

Devemos, portanto, em nome de uma filosofia espírita da liberdade, continuar a combater todos os dogmatismos que, do integrismo ao fundamentalismo, ainda corroem parte de nossas sociedades, em diversas partes do mundo.

INDICAÇOES DE LEITURAS DE INTERESSE

Obras básicas

MAYER, Jean-François. *Les fondamentalistes*. Editora Georg. 2002

BAUBÉROT, Jean. *Histoire de la laïcité en France*. INA. 2015

MARTIN, Jean-Paul. *La ligue de l'enseignement, une histoire politique*. Presses universitaires de Rennes. 2016

Para aprofundar o tema deste livro

PEREZ, Joseph. *Breve história da Inquisição na Espanha*. Editora Tallandier, 2023

LE FUR, Didier. *L'inquisition, enquête historique, France XIII^e XV^e siècle*. Editora Tallendier. 2012

DAVID, Patrice. *La théorie de l'évolution*. Champs sciences. 2000

INDICAÇÕES DE SITES DE INTERESSE

http://www.spiritisme.com

http://www.cepainternacional.org/site/pt/

http://www.cpdocespirita.com.br/portal/

REFERÊNCIAS BIBIOGRÁFICAS

AIZPÚRUA, Jon. *Los fundamentos del Espiritismo*. 2020

ARNOULD, Jacques. *Les créationnistes*. Cerf. 1996

BANON, Tristane. *Le péril Dieu* – Edição L'observatoire. 2023

CHATEIGNER, Karine. *Entre ciel et terre, spirite et médium* – Edição CSAK. 2008

CHEVREUIL, Léon. *Le spiritisme dans l'Église*. Babelio. 2012

DARD, Benjamin. *Évangéliques, les nouveaux croisés*. Gallimard. 2023

DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies* – Edição Flammarion. 2022

DELANNE, Gabriel. *Le spiritisme devant la science (O Espiritismo Perante a Ciência)*. Hachette BNF, 1904

DELANNE, Gabriel. *Recherches sur la médiumnité (Pesquisas Sobre a Mediunidade)* – Edição Philman. 2020

DENIS, Léon. *Cristianismo e Espiritismo* – Edição Philman. 2020

DENIS, Léon. *No Invisível: Espiritismo e Mediunidade* – Edição Philman. 2020

DENIS, Léon. *Socialismo e Espiritismo – Jaurès esiritualista*. Articulos da Revista Espírita 1924. Portal Luz espírita. 2022. (www.luzespírita.org.br)

DUCOMTE Jean-Michel. *Jean Macé: militant de l'éducation populaire* – Edição Privat. 2015

FOUREST, Caroline. *Tirs croisés* – Le livre de poche - Calmann Lévy, 2003

JACQUIN, GRUNTZ, PECCATTE. *Le monde de demain à la lumière du spiritisme*. Éditions CSAK. 2020

JEAN XXIII. *L'encyclique Pacem in Terris*. Disponível em: *https://www.vatican.va/content/john-xxiii/fr/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html*

KARDEC, Allan. *A Gênese* – Edição Philman 1868

KARDEC, Allan. *Caráter da Revelação Espírita* – Edição Philman. 2020

KARDEC, Allan. *O Evangelho Segundo o Espiritismo* – Edição Philman. 1864

KARDEC, Allan. *O Livro dos Espíritos* – Edição Philman. 1857

KARDEC, Allan. *O Que é o Espiritismo?* – Edição Philman. 1859

KARDEC, Allan. *Obras Póstumas* – Edição Philman. 1890

KEPEL, Gilles. *Le bouleversement du monde* – Edição Plon. 2023

LAMARCK, Jean-Baptiste. *Philosophie zoologique* – Edição Flammarion. 1809

Le Journal Spirite n° 104. *Spiritisme et religions.* – Edição CSAK. abril 2016

Le Journal Spirite n° 125. *Le spiritisme face aux religions.* – Edição CSAK. octubre 2021

Le siècle des lumières (collectif) – Edição Ouest-France. 2022

LUTHER, Martin. *95 thèses.* Disponível em: *ww.museeprotestant.org*

PECCATTE, Jacques. *L'éthique spirite et les droits humains.* Éditorial, Le Journal Spirite n° 131. Éditions CSAK. Enero 2023

RICHARDT, Aimé. *Jean Hus, précurseur de Luther.* Booknode, 2014

RÖMER, Thomas. *La Bible, quelles histoires!* Bayard. 2014

ROY, Olivier. *Généalogie de l'islamisme* – Edição Fayard. 2013

STRENGER, Carlo. *Le Mépris civilisé* – Edição Belfond. 2016

WALLACE, Alfred-Russel. *The theory of naturel selection. 1858*

SOBRE O AUTOR

Jacques Peccatte

Aposentado, após uma trajetória profissional no setor de transportes.

Espírita desde 1974, foi, junto com Michel Pantin (médium), um dos fundadores de um primeiro grupo espírita estabelecido em Nancy, no leste da França. Atualmente, é presidente da associação *Cercle Spirite Allan Kardec*, da qual foi um dos fundadores em 1977. Desde 2003, é também o responsável pelo grupo espírita de Paris.

Criou o *Journal Spirite (Jornal Espirita)* em 1989, sendo seu editor-chefe desde então.

Em 1996, publicou o livro *À la rencontre des Esprits (Encontro com os Espíritos)*, que relata os acontecimentos mais marcantes dos primeiros anos do Cercle Spirite Allan Kardec.

Em 2020, organizou a publicação do livro *Le monde de demain à la lumière du spiritisme (O mundo de amanhã à luz do espiritismo)*, coescrito com Colombe Jacquin e Luc Gruntz.

Conferencista de longa data, organizou inúmeras palestras e fóruns informativos na França. Em 1998, participou do congresso de Maracay, na Venezuela. Nos anos de 1999 e 2000, esteve presente em encontros e congressos da CEPA no Brasil. Também participou de dois encontros em Salou, na Espanha, nos anos de 2014 e 2016.

COLEÇÃO LIVRE-PENSAR:
ESPIRITISMO PARA O SÉCULO XXI

Série 2

Os livros da **Série 2 - Espiritismo e Sociedade** tratam das relações entre espiritismo e temas sensíveis e atuais como **política, humanismo, trabalho, racismo, crise climática, sustentabilidade, fundamentalismo religioso, gênero, sexualidades, papel da mulher na sociedade, ideologia e comunicação de massas.**

ISBN: 978-65-89240-42-6
CSL
9 786589 240426